

CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
MESTRADO EM TECNOLOGIA: GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E
FORMAÇÃO

ANÁLISE DO MODELO DE CURSOS SUPERIORES DE
TECNOLOGIA: CURRÍCULOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

CAMILA YUMI KASHIWAKURA

SÃO PAULO

MARÇO/2011

CAMILA YUMI KASHIWAKURA

ANÁLISE DO MODELO DE CURSOS SUPERIORES DE
TECNOLOGIA: CURRÍCULOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Tecnologia no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no Programa de Mestrado em Tecnologia: Gestão Desenvolvimento e Formação, sob orientação do(a) Prof.(a) Dr.(a) Senira Anie Ferraz Fernandez.

SÃO PAULO

Março/2011

FICHA ELABORADA PELA BIBLIOTECA NELSON ALVES VIANA
FATEC-SP / CEETEPS

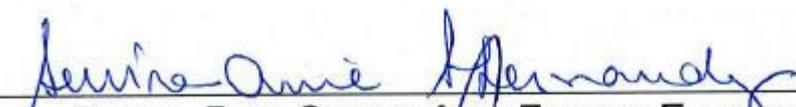
K19a Kashiwakura, Camila Yumi
Análise do modelo de cursos superiores de tecnologia:
currículos e instrumentos de avaliação / Camila Yumi
Kashiwakura. – São Paulo : CEETEPS, 2011.
132 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Senira Anie Ferraz Fernandez.
Dissertação (Mestrado) – Centro Estadual de Educação
Tecnológica Paula Souza, 2011.

1. Formação tecnológica. 2. Instrumentos de avaliação.
3. Egressos. 4. Currículos. I. Fernandez, Senira Anie Ferraz.
II. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.
III. Título.

CAMILA YUMI KASHIWAKURA

ANÁLISE DO MODELO DE CURSOS SUPERIORES DE
TECNOLOGIA: CURRÍCULOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO



PROFA. DRA. SENIRA ANIE FERRAZ FERNANDEZ



PROF. DR. JOAO ELIAS NERY



PROFA. DRA. MARILIA MACORIN DE AZEVEDO

São Paulo, 03 de Março de 2011.

DEDICATÓRIA

Ao meu marido por me apoiar em todos os momentos difíceis.

Aos meus pais por terem me ensinado o verdadeiro valor da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado ânimo, paz e sustento nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu marido e ao meu cão que me deram amor, conforto e companheirismo nos momentos mais solitários.

Agradeço aos meus amigos e orientadores que me ensinaram, me guiaram e não desistiram.

*“Bem-aventurado o homem que acha sabedoria,
e o homem que adquire conhecimento.”*

Provérbios 3:13

RESUMO

KASHIWAKURA, C. Y. **Análise do modelo de cursos superiores de tecnologia: currículos e instrumentos de avaliação.** 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2011.

A Educação Tecnológica foi difundida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) no final da década de 60 pela formação de profissionais tecnólogos. O objetivo principal desta modalidade de ensino é formar profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho e preparados para o desenvolvimento e para a inovação tecnológica. Em 1996, a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 regulamenta o termo Educação Profissional e a partir das transformações das escolas técnicas federais em centros de educação tecnológica, amplia-se a oferta dos cursos superiores de tecnologia. Neste trabalho procurou-se apresentar a aplicação de três cursos superiores de tecnologia que nasceram especificamente, de um centro de educação tecnológica e como vem sendo tratada a construção dos currículos e a avaliação dos cursos após a implantação da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) nº 10.861. Serão apresentadas as mudanças realizadas nos dois últimos anos nos instrumentos de avaliação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, especificamente, nos indicadores que tratam da análise dos currículos e dos egressos desses cursos. Por fim serão apresentados dados relativos à forma de avaliação dos cursos, pontuação de cada um dos indicadores, a avaliação feita nos diferentes instrumentos de avaliação e um questionário realizado com os egressos desses cursos que traz dados importantes para se discutir a empregabilidade na educação profissional tecnológica. Como esta ainda é uma modalidade nova da educação, ainda há muito que se discutir, principalmente em como, quando e por quê formar tais profissionais em determinadas áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Formação tecnológica; Instrumentos de Avaliação, Egressos, Currículos.

ABSTRACT

KASHIWAKURA, C. Y. Analysis of the technological education model: curriculum and evaluation tools. 2011. 132 s. Dissertation (Master's degree in Technology) – State Center of Technological Education Paula Souza, São Paulo, 2011.

The Technical Education was spread by the State Center for Technological Education Paula Souza (CEETEPS) in the late 60's by the formation of professional technologists. The main objective of this mode of education is to train professionals able to act in the labor market and prepared for development and technological innovation. In 1996, the Federal Law of Guidelines and Bases of Education No. 9394/96 regulates the term Professional Education and the transformation of federal technical schools into centers of technological education extends the offering of technological courses. This dissertation aims to present the application of three college courses which were originated from a technological education center and the construction of curriculums and course evaluation after the implementation of the Law of the National Evaluation of College (Sinaes) Nº. 10861. We will present the changes that happen in the last two years in the evaluation tools for recognition of higher education courses in technology, specifically, the indicators which deal with the analysis of curriculum and graduates of these courses. Ultimately, we will present data regarding the course evaluation method, scores of each indicator, the assessment made in the various evaluation instruments and a questionnaire conducted with the graduates of those courses that provides inputs for the discussion of professional employability in technical education. Given that it is still a new mode of education, there is much left to discuss, mainly on how, when and why train such professionals in certain fields of knowledge.

Key-words: Technological Formation; Assessment Tools, Technologists, Curriculum.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados dos cursos em funcionamento na IES.....	46
Quadro 2 – Grade curricular do curso superior de Marketing.....	49
Quadro 3 – Grade curricular do curso superior de Gestão em Recursos Humanos .	52
Quadro 4 – Grade curricular do curso superior de Logística.....	55
Quadro 5 – Comparativo dos instrumentos de avaliação.....	70

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Inserção no mercado de trabalho (Logística).....	77
Gráfico 2 – Inserção no mercado de trabalho (Marketing)	78
Gráfico 3 – Inserção no mercado de trabalho (RH).....	78
Gráfico 4 – Atuação profissional na área do curso (Logística)	79
Gráfico 5 – Atuação profissional na área do curso (Marketing).....	80
Gráfico 6 – Atuação profissional na área do curso (RH)	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE – Avaliação das Condições de Ensino
ANDIFES – Associação das Instituições Federais do Ensino Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB – Câmara de Educação Básica
CEET – Centro Estadual de Educação Tecnológica
CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CNE – Conselho Nacional de Educação
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRA – Conselho Regional de Administração
CST – Curso Superior de Tecnologia
DCN – Diretriz Curricular Nacional
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC – Exame Nacional de Cursos
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SESU – Secretaria de Educação Superior
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	21
1.1. Ensino Tecnológico	21
1.2. A nova LDB e sua influência para a educação profissional	24
2. CURRÍCULO DE ENSINO: CONCEPÇÕES E APLICAÇÃO	34
2.1. Histórico do currículo de ensino.....	34
2.1.1. O currículo formal.....	37
2.1.2. O currículo integrado.....	39
2.1.3. O currículo oculto	40
2.2. Aplicação de Educação Tecnológica	43
2.2.1. Curso Superior de Tecnologia em Marketing	48
2.2.2. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.....	51
2.2.3. Curso Superior de Tecnologia em Logística	54
3. AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	57
3.1. Instrumentos de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia	61
3.1.1. Relatório de avaliação do curso superior de tecnologia (2009).....	61
3.1.2. Relatório de avaliação do curso superior de tecnologia (2010).....	64
3.2. Comparativo dos instrumentos de avaliação	69
3.3. Pesquisa com egressos: avaliação do curso sobre a inserção no mercado de trabalho.....	76
3.3.1. O que dizem os dados: formação e empregabilidade	77
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE	89
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

Muito se ouve falar, hoje, sobre a importância da educação na formação de pessoas capacitadas e aptas para atuarem de forma competente no mercado de trabalho. Após a Revolução Industrial, o mundo viveu, e ainda vive, em alguns setores, uma crise com a falta desses profissionais.

As mudanças ocorridas nas últimas décadas trouxeram para a educação tecnológica a necessidade de incentivo à criatividade, à inovação e a diferentes perfis profissionais. Profissionais, esses, não apenas detentores de habilidades manuais, mas também de conhecimentos com capacidades de inovação e desenvolvimento; um profissional que não só busca a produtividade, mas também preocupado com as mudanças econômicas e sociais que podem impactar o seu trabalho. Com a necessidade desse novo perfil profissional, novas políticas públicas surgiram com objetivo de difundir conhecimentos e desenvolver novas tecnologias.

No início na década de 70, iniciou-se um novo modelo na Educação brasileira, a chamada Educação Tecnológica, termo utilizado inicialmente pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) que em seguida foi difundido pelo país por meio de projetos do Governo Federal. Com a criação de decretos, resoluções e pareceres do antigo Conselho Federal de Educação, hoje chamado de Conselho Nacional de Educação (CNE), a Educação Tecnológica vem se consolidando, nos últimos anos, principalmente, no ensino superior tecnológico. A difusão dessa nova modalidade de ensino fez com que fosse criada a antiga Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), hoje chamada de Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) para propor contínuos aperfeiçoamentos e mudanças nas legislações dessa modalidade de educação.

Vale destacar alguns autores que procuraram desenvolver trabalhos também nesta área, tais como a definição dada por Grinspun de Educação Tecnológica:

a fundamentação básica da Educação Tecnológica resume-se no saber-fazer, saber-pensar e criar que não se esgota na transmissão de conhecimentos, mas inicia-se na busca da construção de conhecimento que possibilite transformar e superar o conhecido e ensinado;

a Educação Tecnológica não é o tecnicismo, determinismo ou conformismo a um *status quo* da sociedade, e sim, um posicionamento, um conhecimento e envolvimento com saberes que não acabam na escola, não se iniciam com um trabalho, mas estão permanentemente solicitados a pensar-refletir-agir num mundo marcado por progressivas transformações (GRINSPUN, 1999, p. 64-65).

Segundo Colenci Jr. (2000, p. 37-38), a carga horária total dos cursos de tecnologia não deve ser inferior a 2400 horas, tampouco maior que 2800. Ademais, não se deve concebê-los como “cursos terminais” e não devem ser chamados de cursos de “curta duração”, denominação que o autor considera “pejorativa”. Além disso, as instituições de ensino superior devem oferecer cursos superiores de tecnologias tendo em vista uma proposta de ensino multidisciplinar, abarcando as interfaces de profissões já consolidadas. Uma formação nesses moldes garantirá que o tecnólogo seja visto não como um profissional subalterno, mas com competência para desempenhar suas funções com polivalência. Acrescenta, ainda, o autor que “os cursos superiores de tecnologia devem ser adequadamente apoiados por oficinas e laboratórios que apresentem condições efetivas de oferecer a conceituação básica e fundamental nas suas áreas”.

Para Peterossi (2003), no mercado de trabalho os impactos das mudanças em curso são mais evidentes, desencadeando uma reestruturação global das oportunidades de emprego. A globalização dos mercados e a disseminação da tecnologia da informação permitiram uma produção mais flexível, com funções mais enriquecidas, autonomia e qualificação para um número significativo de profissionais. No entanto, a tecnologia contribui para eliminar a localização física do posto de trabalho e a aprendizagem como um processo contínuo, ao longo da vida; é o novo imperativo para os profissionais assegurarem a sustentabilidade em carreiras cada vez mais imprevisíveis e menos especializadas. Os sistemas formais e regulares de ensino perdem seus limites e mecanismos tradicionais de formação à medida que mudam as atividades profissionais. Nesse sentido, o conceito de

trabalho para toda a vida está deixando de corresponder a uma realidade de mercado (Almeida, 2002).

Por outro lado, vale ressaltar que o tempo entre o término do curso e a adaptação ao mercado de trabalho é muito pequeno nos cursos de tecnologia, em função de se trabalhar com uma carga horária de 1600 horas, realizadas em 4 semestres. Isto atrai estudantes com perfis diversos, pois mantém um foco preciso e orienta para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que dá condições para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação – *lato* ou *strictu sensu* -, pois a carga horária permite. (MONTEIRO, 2006, p.12)

Neste trabalho, será descrito como foi criada esta nova modalidade de ensino e como vêm se consolidando no Brasil a criação dos cursos superiores, a formação dos profissionais e as mudanças que o Ministério da Educação vem fazendo para que se tenha uma avaliação de acordo com os objetivos desses cursos.

O Decreto Federal nº 2.208/97, ao regulamentar o Cap.III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, estruturou a educação profissional em três níveis: básico, para formação inicial e continuada de trabalhadores; técnico, educação profissional técnica e médio; nível tecnológico, educação profissional tecnológica de nível superior. Entretanto, conforme o Parecer CNE/CEB nº 16/99, o entendimento do que seja a educação profissional tem mudado ao longo dos anos, predominando abordagens, ora de caráter moralista, ora assistencialista e/ou economicista. Porém, destaca-se nesse mesmo Parecer que, após o ensino médio, tudo é educação profissional.

A regulamentação da educação profissional, após a LDB de 1996 e do Decreto Federal nº 2.208/97, levou à criação de instituições voltadas apenas para o oferecimento de cursos de educação tecnológica, denominados Centros de Educação Tecnológica. Tais Centros oferecem os cursos superiores de tecnologia e estruturam seu currículo de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CST) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

A partir da década de 90, o Brasil desenvolveu diferentes estratégias de avaliação da educação superior, começando pelas universidades públicas. Surgiu o

PAIUB (1994) que se caracterizou como um Programa construído pelas IES, com o objetivo de desenvolver um processo de avaliação institucional.

Em 1996, foi introduzido o Provão, seguido de outros mecanismos avaliativos com a proposta de analisar as IES em termos de qualidade.

E em 2004 é instituída a Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A Lei do SINAES determinou que a avaliação dos cursos de graduação identifiquem as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. São utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais, obrigatoriamente, as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

O instrumento da avaliação do curso considera as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os

procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Até 2010 havia uma recomendação de que a competência e a experiência dos docentes adquiridas na área dos cursos fossem equivalentes ao requisito acadêmico. Porém, mais adiante, será demonstrado como as mudanças nos instrumentos de avaliação do governo ainda não estavam considerando tal recomendação.

Já a avaliação dos estudantes é realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, foi prevista para acontecer gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Para os cursos analisados nesse trabalho, o ENADE foi aplicado pela primeira vez no ano de 2009.

O tema, que se relaciona ao modelo de cursos superiores de tecnologia, é abordado nesta pesquisa com base nas políticas públicas, nos conceitos de construção de currículos, na aplicação feita por uma Instituição de Ensino Superior privada de São Paulo e em relatórios de avaliações feitas por avaliadores do INEP não identificados.

O problema da pesquisa trata como se deram as mudanças na educação tecnológica e como vem modificando as formas de avaliação. Defende-se a hipótese de que houve alterações nas avaliações dos cursos superiores de educação tecnológica frente às novas formas de currículos, perfil dos egressos e às constantes mudanças no ensino.

A justificativa para esta pesquisa se deve ao fato de as discussões das relações entre formação educacional e atuação no mercado de trabalho do profissional tecnólogo terem ocupado lugar de destaque no cenário brasileiro. Desde a recusa ao vínculo ensino/trabalho, até a implantação de modelos absolutamente

imbricados com os setores da produção de bens e serviços, tal discussão tem sido fundamental para os rumos da educação brasileira. No que tange ao ensino superior tecnológico, objeto desta pesquisa, há muito ainda a ser discutido, na medida em que há mudanças significativas nessa área, que tem consolidado metodologias e formado cidadãos para a vida e para o trabalho em meio a inúmeros questionamentos acerca da natureza e rumos a serem definidos para tais cursos.

Por outro lado, é necessário haver reflexões que busquem elucidar a trajetória de cursos e egressos para, a partir dos dados e de suas interpretações, dar continuidade a aspectos positivos observados e orientar novas práticas, caracterizando o diálogo entre o trabalho acadêmico e a atividade realizada pelos segmentos da sociedade.

O objetivo geral deste trabalho é realizar um levantamento sobre as mudanças ocorridas nos cursos de educação tecnológica. Como objetivo específico pretende-se apresentar um comparativo dos instrumentos da avaliação dos cursos dos últimos dois anos.

O método de abordagem do projeto é o indutivo, já que se parte de dados particulares para se referir a uma realidade geral e o método de procedimento é o histórico. A coleta de dados foi feita por relatórios de avaliação de cursos superiores de tecnologia, documentos de instituições e dados públicos.

Quanto aos cursos incluídos na pesquisa, o critério definido buscou permitir acesso a dados coletados a partir de metodologia semelhante, agrupando três cursos da área de Gestão: Logística, Recursos Humanos e Marketing, o que, em princípio, permite a análise dos resultados de cada curso e comparações entre os resultados, dando maior abrangência ao trabalho.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, buscou-se definir a educação tecnológica por meio do histórico de instituições pioneiras e decretos, políticas públicas, leis e portarias; no segundo capítulo, é feito o embasamento teórico para a construção dos currículos, um exemplo de aplicação em uma Instituição de Ensino Superior de São Paulo e uma pesquisa dos egressos desta IES feita em 2005 e 2007; no terceiro e último capítulo, apresenta-se como é feita a avaliação dos cursos superiores de tecnologia e um comparativo entre os

instrumentos de avaliação *in loco* dos últimos dois anos e exemplos de relatórios de avaliações feitas pelo INEP.

1. HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

1.1. Ensino Tecnológico

Neste capítulo, apresentar-se-ão os conceitos de trabalho no decorrer da história, bem como a influência desta teorização para a concepção da educação tecnológica no Brasil.

Com o crescimento industrial e o advento de novos serviços, os cursos de educação tecnológica foram criados com a intenção de fazer com que a população ingressasse rapidamente no mercado de trabalho.

O Centro de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET) foi a primeira instituição a implantar o curso superior de tecnologia no Brasil, antes da década de 60.

Machado (2006, p.4) confirma que ao contrário dos bacharelados, “encarregados de formar para o trabalho de concepção, a graduação tecnológica visava formar para o trabalho de operação e gestão”.

A partir desta demanda, surgiram novas instituições de ensino, criados especificamente para oferecer cursos superiores de curta duração.

Para entender o porquê da criação desses cursos, é preciso analisar historicamente as necessidades e as mudanças desta sociedade. Segundo Peterossi (1980), os anos 1960 foram marcados por intensa mobilização política a favor de reformas educacionais, já que muitos denunciavam a falência de uma educação que praticamente havia ignorado o processo de crescimento industrial e a realidade do país, mantendo os jovens alijados do desenvolvimento nacional como podemos comprovar na citação a seguir:

A Reforma Universitária polariza em torno de si a esperança de se lançar, através da sua concretização, as bases de uma política educacional adequada às condições da sociedade brasileira, que propicie a consolidação de uma autonomia nacional e de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político. Por outro lado, espera-se que a Reforma Universitária crie condições de absorver a procura crescente, que se converteu numa procura de massa. O ensino superior não é mais encarado como sendo um privilégio de poucos nem um “dom intelectual”. É uma necessidade social. A sociedade moderna que se desenvolve no país precisa de uma grande massa de indivíduos com instrução de nível superior. [...] Reivindica-se a expansão de um ensino superior (graduado), destinado à procura da massa; a expansão de um ensino superior (pós-graduado), destinado ao recrutamento, ao treinamento e aproveitamento de talentos, para a produção do saber científico e cultural do país. (PETEROSSO, 1980).

Historicamente, a execução do trabalho sempre esteve ligada a aspectos degradantes e secundários da sociedade. Afinal, quem detinha conhecimento de como executar um trabalho não obtinha o poder. Segundo Matias (2004), aos primeiros detentores do saber e do poder eram reservadas a educação formal, acadêmica; aos desfavorecidos desta condição, a formação para o trabalho.

No Brasil, pode-se observar que tal tradição e cultura trouxeram uma visão distorcida de que o indivíduo que trabalha não é o mesmo que investe em estudos e conhecimentos. Isso porque, até a década de 1980, a formação profissional que se buscava limitava-se a trabalhadores que pudessem apenas executar trabalhos alienados que resultavam em produções em série e padronizados.

Após o período da revolução industrial, o surgimento da burguesia e a advinda terceira onda, fator gerador de poder, sofreram grandes mudanças. O indivíduo e as equipes que obtêm o conhecimento passaram a se organizar e buscar outros fins de execução para o trabalho. Assim, uma nova geração com conhecimento surgiu e chegou ao poder. O conhecimento passou a gerar novos modelos de gestão e domínio de informações, acarretando mudanças na forma de organização político-econômico e social.

Pode-se afirmar que o mundo passou por uma ruptura das práticas que polarizaram o poder econômico e o poder político para poucos e distribuíram pobreza e alienação para muitos, excluindo-os da população economicamente ativa e da cidadania; além de ameaçar o equilíbrio ambiental, segundo Kurz (1992) e Colenci Jr. (2004).

Tais mudanças atingiram diretamente o mundo do trabalho e do trabalhador. Surgiram novas formas de gestão e organização alicerçadas em um cenário econômico e produtivo bem diferente do anterior, no sentido em que estão arraigados em altas tecnologias e otimização de produção e agilidade na prestação de serviços.

Assim, surge a necessidade de que todos os trabalhadores tenham um conhecimento básico para que possam se manter empregados. Além disso, este profissional também não pode mais ser tão alienado, pois, com o impacto das novas tecnologias, ele tem que exercer diferentes funções de modo a executar tarefas distintas ao mesmo tempo em um mesmo cargo. Dessa maneira, não era suficiente que o empregado operasse corretamente uma determinada máquina; ele precisava ser criativo e oferecer novas idéias para otimizar custos e ampliar a produção. Ele não é mais um ser estagnado, uma vez que passa a ter força ativa dentro das empresas.

A partir da necessidade de se destacar no mercado de trabalho, com idéias inovadoras que, oportunamente, nascem novas formas de educação: a educação profissional; a qualificação profissional e a educação continuada para aperfeiçoamento dos trabalhadores.

É pela lei da oferta e da procura que surge uma diversidade de escolas e instituições de ensino que procuram oferecer programas e cursos profissionais dando acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos a todos.

Há uma ruptura da definição tradicional da formação profissional, pois entende-se que o trabalhador deve ser preparado para executar apenas um determinado conjunto de tarefas. Nesse momento, a educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

1.2. A nova LDB e sua influência para a educação profissional

O panorama acima relatado, que distanciava o operário brasileiro da economia do primeiro mundo, impulsionou mudanças na legislação sobre a educação oferecida no Brasil, que até então previa a permanência de três graus de ensino e se concentrava na realidade de uma minoria. A elaboração da lei 9394/96 dá o primeiro passo para o oferecimento de um padrão de educação mais apropriado para a sociedade brasileira.

A LDB 9394/96, atenta a estas questões, trata, de maneira adequada, apropriada, moderna e inovadora, a questão da educação profissional. Assim, a educação profissional é concebida como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Art. 39 – LDB). Ela é acessível ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto. (Parágrafo único – Art.39 LDB), desenvolvendo-se em articulação com o ensino regular ou por diferentes formas de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Art. 40 – LDB). O conhecimento adquirido, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (Art. 41 – LDB).

A legislação favorece e estimula ainda que o trabalhador, jovem ou adulto que, na idade própria não pode efetuar estudos, tenha oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames, inclusive os de caráter supletivo (Art. 37 e 38 da LDB).

A regulamentação desses preceitos da Lei 9394/96, articulados com a Lei 8948/94, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Ensino Nacional de Educação Tecnológica, tem sido feita por variada hierarquia de Leis, Decretos e Portarias Ministeriais.

Entretanto, uma análise acurada dessas regulamentações revela incongruências que precisam ser superadas no mais breve prazo para que os

avanços decorrentes da ação coordenadora e reguladora da União, no âmbito da educação superior, sejam assegurados.

O Decreto nº 2208 de 17/4/97 regulamenta a educação profissional prevista nos artigos 39 a 42 da Lei 9394/96. O Decreto 2208/97 fixa os objetivos da educação profissional, a saber:

- promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício das atividades produtivas;
- proporcionar a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Vale, no entanto, ressaltar que todas as modalidades de cursos superiores previstos no Art. 44 da Lei 9394/96 podem ter características profissionalizantes. Não obstante, o Decreto 2208/97 prevê em seu Artigo 3º, educação profissional em nível tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. Tais cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, prevê ainda o Decreto, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas e conferirão diploma de Tecnólogo.

O Decreto nº 2406 de 27/11/97, por sua vez, ao regulamentar a Lei no 8948/94, em consonância com o Art. 40 da Lei 9394/96, define que os Centros de Educação Tecnológica se constituem em modalidade de instituições especializadas de educação profissional nele previstas. Tais Centros têm por finalidade formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Suas características básicas são, conforme o artigo 3º:

- I - oferta de educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- II - atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- III - conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- IV - integração efetiva da educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- V - utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- VI - oferta de ensino superior tecnológico diferenciado das demais formas de ensino superior;
- VII - oferta de formação especializada, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- VIII - realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- IX - desenvolvimento da atividade docente estruturada, integrando os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- X - desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- XI - estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- XII - integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.”

Observadas essas características, os Centros de Educação Tecnológica, segundo o que prevê o artigo 4º, têm por objetivos:

- I - ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional;
- II - ministrar ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, para os diferentes setores da economia;
- III - ministrar ensino médio;
- IV - ministrar ensino superior, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

V - oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais na área tecnológica;

VI - ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica, para as disciplinas de educação científica e tecnológica;

VII - realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade.”
(Decreto 2406 – Art. 4º).

O Artigo 5º do Decreto 2406/97 fixou originalmente que a autorização e o reconhecimento de cursos das instituições privadas constituídas como Centros de Educação Tecnológica far-se-iam segundo a legislação vigente para cada nível e modalidade de ensino.

Assim é que, em primeiro lugar, dever-se-ia definir em qual modalidade de ensino superior se integravam os cursos de natureza tecnológica, nomeados como de Tecnólogos pelo Decreto 2208/97. Ocorre que a União, ao adotar o modelo previsto nos artigos 2º, 3º e 4º do Decreto 2406 (Art.6º – Decreto 2406), consolidou a Portaria Ministerial nº 647, de 14/05/97 e criou legislação específica que concede ao Ministro de Estado de Educação a competência para aprová-los, efetivando-se a implantação dos Centros de Educação Tecnológica mediante decreto individualizado para cada um. Assim é que as antigas Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3552, de 16/02/59 e pela Lei nº 8670, de 30/06/93, foram transformadas pela Lei nº 8948, de 08/12/94, em Centros Federais de Educação Tecnológica, cuja implantação, após aprovação de projeto institucional de cada antiga escola pelo Ministro de Estado, passou a se dar por Decreto Presidencial específico.

Neste Decreto, o Art. 8º dispõe que os Centros Federais de Educação Tecnológica gozarão de autonomia para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional, sendo este último de nível superior, definidos no Decreto 2208/97. As demais modalidades de cursos superiores e de pós-graduação continuaram a depender de autorização específica, nos termos do Decreto nº 2306/97.

O Decreto nº 2406/97 autorizou ainda as Escolas Agrotécnicas Federais a também se transformarem em Centros Federais de Educação Tecnológica, nas condições nele fixadas. O entendimento de que o nível tecnológico constitui curso de nível superior é reafirmado, em 13/12/97, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, ao aprovar o Parecer nº 17/97, homologado em 14/01/98 pelo Senhor Ministro de Estado de Educação, quando escreve que a “educação profissional tecnológica, acessível aos egressos do ensino médio, integra-se à educação superior e regula-se pela legislação referente a esse nível de ensino.”

Entretanto, em 19/12/97, a Portaria Ministerial 2267/97, que estabeleceu diretrizes para a elaboração do projeto institucional para implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica, ressalta novamente em seu Artigo 3º que “os Centros Federais de Educação Tecnológica gozarão de autonomia para criação e ampliação de vagas nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, nos termos do decreto 2208/97”. Seu parágrafo único, no entanto, mantém o previsto no Decreto 2406/97, ao dizer que “a criação de cursos nos Centros Federais de Educação Tecnológica fica condicionada às condições previstas nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 8º do Decreto nº 2406/97”.

Em 27/05/98, é aprovada a Lei 9649 que altera, por acréscimo de novos parágrafos, o Artigo 3º da Lei 8948/94, regulando, assim, a criação de novas unidades de ensino por parte da União e revogando os Artigos 1º, 2º e 9º da Lei 8948/94.

Em 25/11/99, o Ministro de Estado de Educação baixou a Portaria Ministerial 1647/99, que dispõe sobre o credenciamento de Centros de Educação Tecnológica e sobre autorização de cursos de nível tecnológico de educação profissional, considerando o disposto na Lei 9131/95, na Lei 9394/96 e no Decreto 2406/97.

Essa Portaria determinou que as instituições interessadas em credenciar-se como Centros de Educação Tecnológica deveriam dirigir sua solicitação, sob a forma de projeto, ao Ministro de Estado de Educação, onde deveria constar o elenco de cursos que pretendem implantar, bem como aqueles de educação profissional de nível técnico já autorizados pelos respectivos sistemas de ensino.

O credenciamento dos Centros de Educação Tecnológica se dará com o ato de autorização de funcionamento dos cursos de educação profissional de nível tecnológico elencados e aprovados no projeto referido. (Art.1º § 2º)

A Portaria define ainda os elementos que deverão constar obrigatoriamente da solicitação referente à mantenedora, pessoa física e jurídica, à instituição de ensino mantida, ao projeto para cada curso proposto, remetendo à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC/MEC a responsabilidade pela análise do projeto, descrevendo inclusive a maneira de realizá-la, cabendo ao Conselho Nacional de Educação a deliberação sobre o assunto que será submetido à homologação do Ministro de Estado de Educação.

Após definir prazos e ritos para o reconhecimento dos cursos, a Portaria 1647/99, em seu Artigo 14, prevê que

“as instituições credenciadas poderão abrir novos cursos de nível tecnológico de educação profissional, nas mesmas áreas profissionais daquelas já reconhecidas, independente de autorização prévia, devendo a instituição encaminhar, nos prazos estabelecidos no artigo anterior, projeto para reconhecimento dos referidos cursos.”

E acrescenta em dois parágrafos:

“ § 1º - A abertura de novos cursos de nível tecnológico de educação profissional, nas áreas em que a instituição ainda não tiver cursos reconhecidos, depende da autorização de funcionamento na forma desta Portaria.

§ 2º - Os Centros de Educação Tecnológica terão a prerrogativa de suspender ou reduzir a oferta de vagas em seus cursos de nível tecnológico de educação profissional de modo a adequá-la às necessidades do mercado de trabalho, formalizando tal ato por meio de comunicação à SEMTEC/MEC.”

Esclarece ainda a Portaria 1647/99 que os cursos de que ela trata “serão autorizados a funcionar em um *campus* determinado especificado no projeto, e indicado expressamente no ato de autorização”(Art. 15).

A Portaria 1647/99 quis assim estender também aos demais Centros de Educação Tecnológica, inclusive aos privados, alguma forma de autonomia, se bem que restrita às mesmas áreas de cursos tecnológicos que passaram por processo de reconhecimento, já concedida pelo Decreto 2406/97 aos Centros Federais de Educação Tecnológica.

Já o Decreto 3462/00, de 17/05/2000, de certa forma, retira essa condição, reformulando o artigo 8º do Decreto 2406/97, que passou a vigorar com a redação nos seguintes termos:

“Art. 8º - Os Centros Federais de Educação Tecnológica, transformados na forma do disposto no artigo 3º da Lei 8943 de 1994, gozarão de autonomia para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional, bem como para implantação de cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional.”

Mas o processo de reconhecimento dos cursos oferecidos continua a vigorar, tanto que, em 12/01/2001, o Ministro de Estado de Educação baixou Portaria Ministerial 064/2001 que define os procedimentos para reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional (cursos superiores de tecnologia) e sua renovação, no sistema federal de ensino, remetendo à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC/MEC a responsabilidade de análise das solicitações e estabelecendo normas operativas semelhantes às de reconhecimento dos cursos de graduação, a serem apreciadas pelo Conselho Nacional de Educação segundo as normas em vigor.

Entretanto, em 31/12/2001, o Decreto Presidencial nº 3741/2001, infringe tanto a LDB como a Lei 9131/95, ao alterar a redação do Decreto 2406, de 27/11/97, que regulamenta a Lei 8948, de 08/12/94, determinando:

“Art. 1º - O art. 5º de Decreto 2406, de 27 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único – Os Centros de Educação Tecnológica privados, independentemente de qualquer autorização prévia, poderão oferecer novos cursos de nível tecnológico de educação profissional nas mesmas áreas profissionais daqueles já regularmente autorizados.”

Impõe-se, portanto, a revisão imediata da legislação em vigor de modo a dar-lhe a necessária coerência ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos que assegurem o acompanhamento da melhoria da qualidade da formação oferecida.

Seja como for, um grupo cada vez maior de pessoas passou a procurar os cursos tecnológicos, propiciando o aumento do número de instituições que os ofereciam. Segundo Schneider, “a expansão foi provocada pela desatualização dos currículos de bacharelado e, também, pela necessidade de formação mais rápida para um mercado dinâmico e em constante transformação”. (SCHNEIDER, 2005). De fato, o avanço tecnológico – a exigir atualização contínua de seus profissionais, e não só deles, à medida que impõe novas formas de gestão e até de atitude frente ao mundo do trabalho, coloca desafios inesperados para a mão de obra. É preciso aprender, e aprender rápido, pois técnicas se aprimoram a uma velocidade até então desconhecida pelo homem, velocidade esta incompatível, por exemplo, com os tradicionais currículos de bacharelado.

Para ter uma visão mais clara do que vem a ser educação tecnológica, recorremos a Grispun, que pontua:

- a fundamentação básica da Educação Tecnológica resume-se no saber-fazer, saber-pensar e criar que não se esgota na transmissão de conhecimentos, mas inicia-se na busca da construção de conhecimento que possibilite transformar e superar o conhecido e ensinado;
- a Educação Tecnológica não é tecnicismo, determinismo ou conformismo a um *status quo* da sociedade, e sim, um posicionamento, um conhecimento e envolvimento com saberes que não acabam na escola, não se iniciam com um trabalho, mas estão permanentemente solicitados a pensar-refletir-agir num mundo marcado por progressivas transformações. (GRINSPUN, 1999)

Esse perfil da educação tecnológica traçado por Grinspun encontrou eco na Lei nº 9.394, de 1996, chamada de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reviu a Reforma Universitária de 1968. A nova LDB representou um divisor de águas para todo o sistema educacional brasileiro e, em especial, para a formação tecnológica, pois abriu um espaço no qual o ensino profissional e tecnológico seria

progressivamente incorporado à educação básica para atender às demandas, não apenas do mundo do trabalho, mas da própria sociedade em que vivemos. De fato, há a determinação:

Artigo 39 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único – O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Artigo 40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Parágrafo único – Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Artigo. 42 – As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BOAVENTURA, 1997)

Buscou-se, também, superar o enfoque assistencialista da educação profissionalizante e o preconceito social que a mantinha marginalizada.

Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação, devem ser considerados como cursos de Educação Profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária. (DI SANTO, 2002)

O Parecer CNE/CEB nº 436/01 reafirma posições anteriores do extinto Conselho Federal de Educação-CFE, consagradas pelos Pareceres CFE nº 194/84 de 16/03/84, 993/87 de 12/11/87, 226/88 de 15/03/88 e 910/88 de 04/10/88, e do próprio Conselho Nacional de Educação, através do Parecer CNE/CES nº 1051/00, de 08/11/00, de que o curso superior de tecnologia é essencialmente um curso de

graduação, com características diferenciadas, de acordo com o respectivo perfil profissional do egresso. Mais adiante iremos estudar qual o perfil deste egresso.

2. CURRÍCULO DE ENSINO: CONCEPÇÕES E APLICAÇÃO

2.1. Histórico do currículo de ensino

A origem do termo currículo relacionado à escolarização situa-se no contexto do surgimento da ciência moderna – início do século XVI –, quando o College de Montaign, na França, instituiu, em 1509, as classes de trabalho, “[...] isto é, divisões graduadas por estágios ou níveis de complexidade crescente, de acordo com a idade e o conhecimento exigido do aluno.” Assim, currículo significa, etimologicamente: “[...] um curso a ser seguido ou mais especificamente [...] ‘o conteúdo apresentado para estudo’”. (GOODSON, 1995)

Ao conceito de currículo escolarizado associado à classe e à prescrição de conteúdos vem acrescentar-se, no século XVII, o de disciplina enquanto ordem estrutural. Os pesquisadores da educação e do currículo revelam que “jesuítas”, “calvinistas” e “luteranos” deram uma importância enorme ao currículo, mas não ao conteúdo escolar disciplinar e disciplinador, organizado de maneira sequencial ao longo da escolarização e graduado em nível de profundidade crescente, sendo que cada etapa deveria ser rigorosamente cumprida antes de passar para a seguinte. Essa organização ainda era diferenciada de acordo com o grupo de alunos a que se destinava – portanto, também era diferenciadora.

Segundo Goodson, o conceito de classe associado aos programas sequenciais de estudo refletiu sentimentos da burguesia ascendente e nos países calvinistas (Suíça, Escócia e Holanda), idéias que encontraram apoio na doutrina da predestinação. No emergir de sistemas de educação nacionais, os currículos foram sendo diferenciados e diferenciadores de aspectos sociais, isto é, as pessoas que podiam pagar eram beneficiadas com a perspectiva de escolarização avançada, ao passo que os demais, especialmente os pobres da área rural, eram enquadrados num currículo mais conservador, com ênfase no conhecimento religioso e nas virtudes seculares. (GOODSON, 1995)

No final do século XIX e no início do século XX, educadores norte-americanos iniciaram estudos e a sistematização de questões curriculares que sinalizaram o surgimento desse novo campo de estudo. Esses estudiosos partilhavam a preocupação com os processos de racionalização, sistematização e controle da escola e do currículo. Tal movimento emergiu num contexto social e histórico especial: o dos Estados Unidos posterior à Guerra Civil. Nesse cenário, o currículo era tido como importante instrumento do controle social que se pretendia estabelecer.

A industrialização, a concepção de uma nova sociedade urbana e a presença maciça dos imigrantes, que foram para os Estados Unidos para suprir a necessidade de mão-de-obra nas indústrias, fizeram com que a escola assumisse a responsabilidade de auxiliar as novas gerações a se adaptarem às mudanças econômicas, sociais e culturais. Portanto, torna-se importante organizar o currículo e conferir-lhe características de ordem, racionalidade e eficiência.

A teorização ou o discurso em torno do currículo logo se transformou em um verdadeiro “território contestado” (MOREIRA & SILVA, 2008) e o que começou com um discurso pragmático, emancipatório e democratizador, em reação à escola burguesa do final do século XIX, converteu-se em um discurso cientificista e tecnicista em meados do século XX, devido às interações entre duas correntes dominantes. De um lado, a escola nova, enfatizando a experiência, a criança e seus interesses (DEWEY, TYLER, THORNDIKE, entre outros), na qual predomina o eixo romântico; e de outro, os que advogam a preparação da criança para a vida adulta e o mundo do trabalho (BOBBIT, MAGER, TAGA, entre outros), revelando o predomínio do eixo disciplinar.

Os currículos da escola nova valorizavam muito mais o conhecimento científico do que seus produtos, mas ao colocarem o projeto e a pesquisa como métodos de ensino, em relação à pesquisa tradicional, acabaram deslocando o eixo disciplinar e liberal para o eixo romântico. No entanto, no início do século XX, a sociedade norte-americana vivia a sua primeira revolução científica. Esse processo daria ao currículo uma feição moderna e fortemente influenciada pelo taylorismo. Pesquisadores das universidades propuseram o transplante dos princípios da administração científica preconizada por Taylor para a escola e, o currículo foi

reformulado por meio da padronização e predeterminação do produto, inaugurando uma teorização em torno de um modelo racional de administração científica em educação. (GOODSON, 1995)

Segundo Kliebard (1974), duas grandes tendências podem ser observadas nos primeiros estudos e propostas: uma voltada para a elaboração de um currículo que valorizasse os interesses do aluno (representada pelos trabalhos de Dewey); e outra para a construção científica de um currículo que desenvolvesse os aspectos da personalidade adulta considerados “desejáveis” (representada pelo pensamento de Bobbitt). No Brasil, a primeira se chamou escolanovismo e a segunda foi a semente do tecnicismo. Tais tendências dominaram o pensamento curricular dos anos 1920 ao final da década de 1960. Outros autores, como Harold Rugg e Ralph Tyler, contribuíram para superar problemas encontrados nas duas tendências durante esse período.

Segundo Moreira, na década de 1960, a associação da escola com vários problemas sociais e políticos fez com que se buscasse democratizá-la e transformá-la. (MOREIRA, 1989). No entanto, após a vitória do republicano Richard Nixon nas eleições presidenciais americanas de 1968, o conservadorismo procurou neutralizar as ideias e propostas de mudanças esperadas. A linguagem da eficiência e da produtividade voltou a assumir papel de destaque no cenário e o discurso pedagógico resumiu-se a três ideias: tradicionais, que defendiam uma escola eficaz; humanistas, que pregavam a liberdade na escola; e utópicas, que sugeriam o fim das escolas.

Em 1973, em uma conferência realizada na Universidade de Rochester, no estado de Nova York, iniciou-se uma reconceituação do campo. Era necessário identificar e ajudar a eliminar os aspectos que contribuíam para restringir a liberdade dos indivíduos e dos diversos grupos sociais. Duas correntes surgiram: uma fundamentada no neomarxismo e na teoria crítica (Michael Apple e Henry Giroux) e outra associada à tradição humanista e hermenêutica mais presente na Universidade de Ohio (William Pinar).

Ao final dos anos 1970, novas tendências passam a compor o campo do currículo. Não mais se supervalorizam o planejamento, a implementação e o

controle de currículos, nem se enfatizam os objetivos comportamentais. A adoção de procedimentos “científicos” de avaliação deixa de ser incentivada e a pesquisa educacional quantitativa não é mais considerada como o melhor caminho para se produzir conhecimento. Alteram-se os focos e as preocupações.

A sociologia do Currículo, como esse campo passou a ser chamado, voltou-se para o exame das relações entre: currículo e estrutura social, currículo e cultura, currículo e poder, currículo e ideologia, currículo e controle social. E desta forma manifestou a preocupação de entender a favor de quem o currículo trabalhava e como fazê-lo trabalhar a favor dos grupos e das classes oprimidas. Eis que surgem denominações como currículo formal, currículo integrado e currículo oculto.

2.1.1. O currículo formal

A educação escolar se constitui basicamente de um processo institucional de transmissão de conhecimentos e de inclusão de valores socialmente aceitos. Uma característica notável que comprova esta afirmação é observada no fato de que, através do seu desenvolvimento histórico, os sistemas educativos vêm conservando o essencial:

- Uma metodologia genérica de ensino que se fundamenta na passagem de informações de professores para alunos;
- Um plano de ensino que se organiza em disciplinas isoladas e divididas simultaneamente (estrutura horizontal) e correlativamente (estrutura vertical).

Dentro deste marco, as disciplinas que compõem este currículo são campos de conhecimentos específicos, delimitados e estanques, que devem ser esgotados por professores e alunos em prazos convencionalmente estabelecidos, de um semestre ou um ano. Geralmente esses setores de conhecimentos se classificam em disciplinas científicas e disciplinas técnicas ou aplicadas, sendo mais frequente as primeiras antecederem as segundas. Também se mostra comum que as

atividades práticas se realizem em laboratórios ou espaços educativos onde se reproduzam simultaneamente os problemas da realidade.

A característica principal deste tipo de currículo é o formalismo, que se define por:

- Transmissão de conhecimentos uma vez que estes tenham sido parcelados em disciplinas;
- Estudo isolado dos problemas e processos concretos do contexto social em que se dão;
- Aprendizagem por acumulação de informações obtidas em livros ou processadas por outros.

Outras características importantes são o convencionalismo e a rigidez. No processo de ensino, são estipulados prazos e períodos estereotipados pelo hábito, que se constituem verdadeiros obstáculos da aprendizagem. Finalmente, esse tipo de currículo se fundamenta em uma concepção pedagógica para a qual aprender é, em grande medida, memorizar informações ou executar mecanicamente determinados procedimentos.

Vale destacar aqui que a estrutura interna do currículo tradicional é do tipo teórico-dedutiva. Isto implica que se parta das premissas gerais da ciência, formalizadas em disciplinas (nível abstrato) para depois abordar as situações práticas (nível concreto) como casos enquadrados nas primeiras. Supõe-se que os alunos informados da teoria realizarão uma aplicação automática e adequada diante de casos concretos.

É fácil perceber que esse tipo de pedagogia produz avanços muito limitados no conhecimento da realidade específica e na elaboração de soluções a elas adaptadas, favorecendo a difusão de conhecimentos processados em outros contextos.

Finalmente, pode-se dizer que este currículo que se sustenta na estrutura formal do conhecimento terá que enfrentar sempre a contradição que se estabelece

entre o conhecimento parcelado e a realidade como instância totalizadora, entre os dados abstratos e a prática.

2.1.2. O currículo integrado

O currículo integrado pode ser definido como um plano pedagógico e sua organização institucional, que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade. Tais relações, os problemas e suas hipóteses de solução devem ter como pano de fundo as características sócio-culturais do meio em que este processo se desenvolve.

Este currículo é uma opção educativa que permite uma efetiva relação entre ensino e prática profissional. Busca um avanço na construção de teorias a partir do anterior; identifica soluções específicas e originais para diferentes situações; permite ainda a união ensino-trabalho-comunidade, implicando uma imediata contribuição para esta última, além da integração professor–aluno na investigação e busca de esclarecimentos e propostas e a adaptação a cada realidade local e aos padrões culturais próprios de uma determinada estrutura social.

A proposta do currículo integrado visa integrar ensino e trabalho na formação de pessoal e elementar pelas instituições nas suas diversas categorias.

Entretanto, assim como na proposta anterior, há alguns riscos que podem ocorrer na sua operacionalização. Em relação à integração ensino-trabalho, o fato de aproximá-los espacialmente não garante a sua integração. Além disso, corre-se o risco de tomar a chamada “realidade do serviço” como parâmetro de ensino sem distinguir as insuficiências deste, reproduzindo-as acriticamente.

Assim como em outras formas de currículo, o integrado também pode ter o seu problema, pois muitas vezes é trabalhado de forma estanque. Para superar esta dificuldade, os componentes das unidades ensino-aprendizagem devem guardar

entre si uma relação de interdependência que se concretiza à medida que o processo de ensino-aprendizagem avança.

2.1.3. O currículo oculto

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes.

“O que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações [...]” (Silva, 2001)

Na prática, o currículo representa uma ajuda para o professor, um instrumento insubstituível na orientação da prática pedagógica. E assim sendo, não pode se restringir a enumerar intenções e/ou princípios distanciados da realidade das salas de aula. É preciso que o currículo leve em consideração as condições reais nas quais o projeto de um curso vai ser efetivado.

É função do currículo evitar o hiato entre os dois extremos; disso depende, em grande parte, sua utilidade e eficácia como instrumento para orientar a ação dos professores. O currículo, entretanto, não deve suplantiar a iniciativa e a responsabilidade dos professores, convertendo-os em meros instrumentos de execução de um plano prévia e minuciosamente estabelecido. Por ser um projeto, o currículo não pode contemplar os múltiplos fatores presentes em cada uma das situações particulares no qual será executado. (SANTOMÉ, 1998)

De acordo com Santomé, o currículo, para cumprir com sucesso as suas funções, deve reunir os elementos que contempla em quatro itens, a saber: o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e, por fim, como e quando avaliar. Acrescenta, ainda, o autor que:

os quatro itens estão relacionados entre si e condicionam-se mutuamente, pois tratam de diferentes aspectos de um mesmo projeto: enquanto o primeiro (o que ensinar?) explicita as intenções, os três restantes (quando ensinar?, como ensinar?, o que, como e quando avaliar?) referem-se mais ao plano de ação a ser seguido de acordo com essas intenções. Um dos problemas intrínsecos na elaboração do currículo reside em decidir como concretizar esses diferentes elementos e em assegurar a coerência de todos eles. (SANTOMÉ, 1998)

Nas considerações acima, Santomé, em resumo, aponta a importância de o currículo proporcionar “informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar”. O autor afirma ainda que essa colocação aproxima-se da defendida por autores como Stenhouse (1998), para quem “um currículo é uma tentativa de comunicar os princípios e características essenciais de um propósito educativo, de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente transladado à prática”.

Para outros autores, incluindo Stenhouse, o currículo busca igualmente a descrição do projeto educativo e a análise empírica do que realmente sucede nas salas de aula. Nesse sentido, o currículo deve abarcar tanto os conteúdos, objetivos, procedimentos de ensino e como avaliar, quanto os princípios que orientem o estudo empírico de sua aplicação. Ressalta, contudo, Santomé (1988) que

É óbvio que existem dois aspectos relacionados com o currículo, o Projeto ou o Desenho Curricular e sua aplicação, e que ambos estão intimamente ligados. Mas o problema reside no fato de que, definido dessa maneira ampla, o currículo termina abrangendo a totalidade de elementos da educação formal, perdendo assim seu caráter específico e também sua operacionalidade. Por outro lado, resulta difícil admitir que a análise empírica daquilo que realmente acontece nas salas de aula possa ser reduzida ao desenvolvimento ou aplicação do currículo, a menos que no mesmo sejam incluídos absolutamente todos os fatores que, de uma forma ou de outra, incidam sobre a realidade escolar.

Para traçarmos em linhas gerais os tipos de currículos em vigor na atualidade, recorreremos a Moreira, que afirma:

[...] uma nova visão de currículo inclui: planos e propostas (o currículo formal), o que de fato acontece nas escolas e nas salas de aula (o currículo em ação), bem como as regras e as normas não explicitadas que governam as relações que se estabelecem nas salas de aula (o currículo oculto). Aponta, assim, para o fato de que no currículo desenvolvem-se representações, codificadas de forma complexa nos documentos, a partir de interesses, disputas e alianças, e decodificadas nas escolas, também de modo complexo, pelos indivíduos nelas presentes. Sugere, ainda, a visão do currículo como um campo de lutas e conflitos em torno de símbolos e significados. (SANTOMÉ, 1998)

A esses tipos de currículos, pode-se acrescentar outro: o de currículo transversal, que recentemente passou a fazer parte do jargão utilizado pelo corpo docente espanhol. Mas se engana quem pensa tratar-se de algo novo. Na verdade, a expressão “currículo transversal”, no entender de Santomé, apenas substitui palavras como “interdisciplinaridade”, “educação global”, “centros de interesse”, “metodologia de projetos” e “globalização”, que identificavam filosofias bastante semelhantes. Para Santomé (1998),

Ao longo deste século a terminologia aparece, desaparece e reaparece com certa frequência. Pode-se pensar que no fundo trata-se apenas do mesmo e eterno problema, que ainda não foi resolvido definitivamente: o da relevância do conhecimento escolar.

Assim, ao buscarmos o significado dos processos de escolarização e, por conseguinte, dos conteúdos culturais desenvolvidos nas instituições de ensino, vem à tona o distanciamento que existe entre a realidade social e tais instituições. Assim, faz-se mister que os currículos contemplem as questões sociais bem como os problemas enfrentados pelas pessoas em seu dia-a-dia. Nessa direção, no início deste século, aparecem os termos “método de projetos”, segundo William H. Kilpatrick, “centros de interesse”, segundo Ovide Decroly, “globalização” etc. A esse respeito, destaca Santomé (1988) que:

Na hora de pesquisar o verdadeiro significado desta proposta, é imprescindível reconstruir o que estava acontecendo em outras esferas sociais, especialmente no mundo da produção. Essa revisão pode nos fornecer informação suficientemente significativa para aprofundar esses conceitos e chegar a compreender seu verdadeiro alcance. Dessa maneira, não será necessário mudar frequentemente de nome, devido à coisificação do conceito ou sua distorção ou manipulação. Compreender a filosofia de fundo também ajuda a julgar as propostas e práticas etiquetadas com tais termos.

2.2. Aplicação de Educação Tecnológica

Neste capítulo, apresentamos informações relativas a uma das Instituições particulares de Ensino Técnico de São Paulo que, após as mudanças nas legislações, tornou-se também uma Instituição de Ensino Superior Tecnológica, oferecendo diversos cursos de graduação tecnológica.

A história dessa instituição inicia-se em 1962, período esse já citado por Peterossi como uma fase de mobilizações para reformas educacionais. O fundador iniciou suas atividades na área educacional com a oferta de cursos reparatórios e de especialização técnica na cidade de São Paulo.

Em pouco mais de 10 anos, a instituição aumentou sua abrangência, passando a oferecer novas modalidades de cursos técnicos em diversos pontos da Zona Sul da cidade de São Paulo, como os cursos de Contabilidade, Secretariado, Administração e Eletrônica. Em 1974, esse Colégio foi a primeira escola particular em São Paulo a oferecer o Curso de Supletivo. A instituição também foi uma das pioneiras na implantação do curso técnico de Processamento de Dados. Mas foi em 1976 que a Rede começou a se formar. O primeiro Colégio da rede iniciou suas atividades oferecendo cursos com novas concepções curriculares e com laboratórios e oficinas técnicas, reunindo condições para a formação profissionalizante em sintonia com as expectativas dos segmentos da sociedade envolvidos no processo – alunos, setor empresarial – e atendendo as normas e determinações legais definidas pelo MEC.

Essa característica contribuiu para uma grande procura pelos cursos técnicos, levando à fundação de duas novas unidades na cidade de São Paulo. Em 1977, com a abertura de mais uma unidade, esta Rede passou a contar com cinco mil alunos.

Em 1985, a Instituição, que, na época, contava com sete mil alunos, tornou-se referência no Ensino Técnico Particular em São Paulo.

A partir de 1989, com as mudanças na legislação, a Instituição iniciou suas atividades no ensino superior, obtendo autorização para oferecer os cursos de Processamento de Dados, Administração com ênfase em Análise de Sistemas e Ciências Contábeis, o que mantinha uma linha de continuidade com os serviços educacionais oferecidos no ensino técnico em nível médio.

Após nove anos de experiência no Ensino Superior, em 1998, a Faculdade passou a oferecer mais um curso superior, o de Engenharia Eletrônica, que também dá continuidade à experiência obtida no ensino técnico em nível médio. Nesse mesmo ano, um novo campus na região central passou a contar com os cursos superiores de Administração Geral e Administração com ênfase em Recursos Humanos.

Depois foram autorizados os cursos de Administração em Marketing, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Relações Públicas e Direito. Atualmente a Instituição mantém cursos de bacharelado e licenciaturas – Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharias, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação, Educação Física, Pedagogia, História, Matemática.

Em 2001, a Faculdade credenciou-se como Centro de Educação Tecnológica, sendo uma das primeiras instituições particulares dessa natureza no Brasil. Passou, então, a oferecer também os cursos de graduação tecnológica, consolidando sua trajetória na Educação Profissional, iniciada no nível médio. Hoje, a instituição oferece quinze cursos de graduação tecnológica, nas áreas de gestão, comércio, indústria, informática e comunicação.

Em 2007, a Instituição se credenciou como Centro Universitário e foi

incorporada a uma holding e passou a fazer parte de um dos maiores grupos educacionais do país. Hoje, a rede deste grupo mantém este Centro Universitário, que possui nove unidades na cidade de São Paulo. Tem, em todas as unidades, cerca de 12.000 alunos no ensino superior.

O Quadro 1, elaborado a partir das bases do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do MEC, traz a data de funcionamento, o prazo em semestres para integralização ou conclusão do curso, a carga horária do curso, o tipo de regime letivo, os turnos de oferta, as vagas autorizadas por turno e por curso e o tipo de curso.

Quadro 1 – Dados dos cursos em funcionamento na IES

Curso	Data de Funcionamento	Prazo ¹	Carga Horária ²	Regime Letivo ³	Turnos ofertados ⁴	Vagas autorizadas ⁵	Tipo de curso
Administração	14/02/1991	8	3000	S	Noturno	N: 360	Bacharelado
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	08/08/2001	5	2050	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 200	Tecnólogo
Artes Visuais	09/02/2009	6	2900	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 200	Licenciatura
Automação Industrial	03/02/2003	6	2450	S	Matutino Noturno	D: 050 N: 150	Tecnólogo
Comércio Exterior	03/02/2002	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 050 N: 150	Tecnólogo
Ciências Contábeis	14/02/1991	8	3000	S	Noturno	N: 95	Bacharelado
Comunicação Institucional	03/02/2003	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 050 N: 150	Tecnólogo
Comunicação Social com ênfase em Jornalismo	07/02/2000	8	2700	S	Noturno	N: 100	Bacharelado
Comunicação Social com ênfase em Publicidade	07/02/2000	8	2700	S	Noturno	N: 80	Bacharelado
Design de Moda	02/08/2009	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 080 N: 100	Tecnólogo
Design Gráfico	03/08/2007	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 150	Tecnólogo
Direito	04/04/2000	10	3800	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 100	Bacharelado
Educação Física	11/02/2008	6	2800	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 300	Licenciatura
Engenharia Ambiental	11/02/2008	10	3600	S	Matutino Noturno	D: 150 N: 300	Bacharelado
Engenharia da Produção	03/08/2007	10	3600	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 300	Bacharelado
Engenharia de Petróleo e Gás	11/02/2008	10	3600	S	Matutino Noturno	D: 150 N: 300	Bacharelado
Engenharia Elétrica	04/03/1998	10	3600	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 300	Bacharelado
Gestão Ambiental	11/02/2008	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 150 N: 300	Tecnólogo
Gestão da Qualidade	11/02/2008	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 200	Tecnólogo
Gestão da Tecnologia da Informação	14/02/1990	5	2050	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 125	Tecnólogo
Gestão de Recursos Humanos	08/08/2001	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 200	Tecnólogo
Gestão Financeira	08/08/2001	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 200	Tecnólogo
História	11/02/2008	6	2800	S	Matutino Noturno	D: 150 N: 300	Licenciatura
Letras	28/07/2008	6	2800	S	Matutino Noturno	D: 75 N: 150	Licenciatura
Logística	04/02/2002	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 50 N: 150	Tecnólogo
Marketing	08/08/2001	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 200	Tecnólogo
Matemática	28/07/2008	6	2800	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 200	Licenciatura
Pedagogia	01/08/2007	6	3200	S	Matutino Noturno	D: 150 N: 300	Licenciatura
Processos Gerenciais	02/08/2004	4	1650	S	Matutino Noturno	D: 50 N: 150	Tecnólogo
Redes de Computadores	08/08/2001	5	2050	S	Matutino Noturno	D: 100 N: 200	Tecnólogo
Sistemas da Informação	01/02/2009	8	3460	S	Matutino Noturno	D: 120 N: 300	Bacharelado

¹Prazo para integralização em semestres
²Carga horária em hora/aula
³S - Semestral
⁴M - Matutino, N - Noturno
⁵D - Diurno, N - Noturno

Caracterizada a Instituição e realizadas considerações acerca das diferentes concepções acerca de currículo, serão demonstradas a forma de construção dos currículos dos cursos tecnológicos de Marketing, Gestão de Recursos Humanos e Logística e a pesquisa feita com os egressos desses cursos.

Tais cursos foram selecionados por pertencerem à uma mesma área de atuação, a de Gestão Administrativa. Por outro lado, a escolha dos anos de 2005 e 2007 da pesquisa de egressos deve-se ao fato de, nesse período, estes já terem atingido um nível de maturidade do projeto pedagógico, ou seja, os grupos de alunos que responderam o questionário fazem parte de turmas intermediárias, de cursos que tiveram continuidade.

E, por outro lado, foi em 2006 que o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia foi lançado pelo MEC. Pretende-se que tal catálogo seja um guia de informações sobre o perfil de competências do tecnólogo. Ele apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. Referência para estudantes, educadores, instituições de ensino tecnológico e público em geral, serve de base também para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e para os processos de regulação e supervisão da educação tecnológica.

O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade. Em função do catálogo, a partir de 2007 foi possível aplicar o Enade em alunos de cursos superiores de tecnologia.

Uma característica fundamental de todos os cursos desta IES é o fato de seus currículos seguirem uma visão interdisciplinar, que se organiza sob uma estrutura modular.

Um módulo é caracterizado pela repartição de todo o período do curso em um certo número de partes. No entanto, um plano modular, para não limitar-se à mera repartição mecânica dos tópicos já estabelecidos num programa de ensino, precisa adotar a metodologia das unidades didáticas.

Dessa forma, à nova divisão do tempo associa-se o critério de natureza didático-pedagógica. Isto é, um módulo concebido como uma unidade didática é caracterizado como um conjunto de disciplinas que se relacionam entre si, já que

foram selecionadas a partir de objetivos comuns, de modo a formarem um sistema relativamente fechado e organizado de acordo com um núcleo diretor e integrador.

2.2.1. Curso Superior de Tecnologia em Marketing

O perfil do egresso está intrinsecamente vinculado ao perfil profissiográfico definido no projeto pedagógico, aliado à filosofia definida pela Instituição no seu projeto educacional mais amplo, qual seja: formar profissionais com perfil empreendedor, competentes, com consciência, ética aprimorada, alto nível educacional e a premissa da qualidade nos serviços prestados, além de estar comprometidos com o desenvolvimento regional e nacional.

Com esse perfil, pretende-se que o egresso do curso de Marketing esteja preparado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, assim como para a sua inserção no campo do desenvolvimento, em seus diversos segmentos: econômicos, culturais, políticos, científicos, tecnológicos, etc. Prestação de serviços como: consultoria, assessoria e/ou auditoria, na área de marketing; planejamento, direção e controle das atividades de gestão de estruturas de marketing; racionalização das decisões e desenvolvimento de estratégias adequadas para solucionar problemas relacionados à gestão de produtos e serviços; identificação das necessidades e desejos de consumidores finais adequando a oferta da empresa a essa perspectiva; planejamento e determinação de políticas de comercialização de produtos em linha com as metas da empresa; participação em eventos de amplitude local e nacional, relacionados com as diversas áreas de marketing.

Em aderência a essa característica, o Curso de Superior de Tecnologia em Marketing, que, como os demais, segue as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos do MEC, está organizado em quatro módulos, cada um com o objetivo de formar o aluno para atuar nos principais segmentos da área de Marketing.

O currículo do Curso Superior de Tecnologia adota a premissa de que este se compõe dos variados conteúdos temáticos e atividades a que se expõe o estudante durante seus dois anos de formação. Engloba a estrutura de disciplinas, a concepção das atividades complementares, as formas de avaliação de desempenho

discente adotadas, as metodologias propostas e seguidas na relação ensino-aprendizagem e mesmo as competências e habilidades do corpo docente, que afinal, torna concreto o que é apenas intenção. Projetos pedagógicos e currículos deixam de ser abstrações apenas quando se materializam em forma de práticas e resultados alcançados.

O Curso Superior de Tecnologia em Marketing é oferecido em 4 (quatro) semestres letivos, nos horários diurno e noturno, com um total de 1.600 horas/aula em disciplinas, além de 50 horas de atividades extra classe.

No quadro 2 apresenta-se a grade curricular do curso superior de Marketing.

Quadro 2 – Grade curricular do curso superior de Marketing

MÓDULO: FORMAÇÃO BÁSICA GERENCIAL	C/H Semestral
Processos de Gestão	80
Gerência e Desenvolvimento de Pessoas	80
Comunicação e Expressão	80
Empresas, Mercados e Negócios	80
Projeto Integrado – Planejamento e Desenvolvimento de Projetos	80
Total	400
MÓDULO: COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIA	C/H Semestral
Marketing Estratégico	80
Marketing de Relacionamento	80
Negociação empresarial	40
Logística e E-commerce	40
Estratégias de propaganda e comunicação	80
Projeto integrado – Estratégias de marketing e relacionamento	80
Total	400
MÓDULO: PESQUISA DE MERCADO	C/H Semestral
Técnicas de pesquisa	80
Economia e mercado	40
Comportamento do consumidor	80
Matemática Financeira	40
Marketing para bens de produção e consumo	80
Projeto integrado – Pesquisa e análise de mercado	80
Total	400
MÓDULO: GESTÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E MARCAS	C/H Semestral
Marketing de produtos e serviços	80
Promoção, merchandising e comunicação	80
Qualidade em serviços	40
Legislação comercial	40
Custos e formação de preços	80
Projeto integrado – Desenvolvimento de produtos e marcas	80
Total	400

As competências gerais apresentadas no Projeto Pedagógico deste curso visam, no módulo de Formação Básica Gerencial, aprimorar o conhecimento da comunicação verbal e escrita necessárias à gestão dos diferentes modelos organizacionais; compreender e aplicar o processo de gerenciamento de equipes identificando necessidades individuais e grupais; avaliar e dimensionar estruturas organizacionais, visando à otimização de seus recursos e competitividade no mercado; identificar as áreas de gestão envolvidas no ciclo de transformação de recursos e de sua colocação no mercado de modo integrado, sistêmico e estratégico; compreender as ferramentas e metodologias utilizadas para a implementação de projetos de forma que os objetivos organizacionais sejam atendidos.

No módulo de Comunicação e Estratégia, entender as diversas tarefas da comunicação no marketing; compreender os conceitos principais do marketing estratégico; identificar os processos e meios de transporte e armazenamento e o e-commerce como canal de negócios; desenvolver ações de relacionamento com clientes; identificar os fatores que afetam as atividades de armazenamento de mercadorias; executar e controlar resultados de planos estratégicos de marketing.

No módulo de Pesquisa de Mercado, planejar pesquisas em campo, selecionando as técnicas mais apropriadas, a partir da definição do âmbito geográfico desejado e dos objetivos do trabalho; identificar e analisar variáveis macros e microeconômicas, políticas e sociológicas e relacionar com a atividade empresarial; compreender os critérios para a segmentação de mercado e mercado-alvo; identificar e selecionar fontes primárias e secundárias de dados sobre o mercado; analisar e definir alternativas para pesquisas de mercado (empresas ou pesquisadores); identificar e analisar fatores que influem na atração, no desenvolvimento e no relacionamento com clientes, propondo ações que consolidem negócios; compreender a influência do comportamento do consumidor no processo de compra e na continuidade do relacionamento com uma marca e empresa.

No módulo de Gestão de produtos, serviços e marcas, identificar mecanismos que interferem na fixação de preços de produtos e serviços em uma economia de mercado; conhecer os mecanismos de gestão de produtos, serviços e marcas; desenvolver ações de promoção, merchandising e comunicação visando a melhoria de resultados comerciais de produtos e serviços; desenvolver projetos

voltados a políticas de qualidade no ambiente de negócios; compreender as diretrizes da legislação comercial e sua influência na administração de produtos, serviços e marcas.

2.2.2. Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

O perfil do egresso do curso de Gestão em Recursos Humanos é que ele terá condições de acumular a formação do profissional e contemplar o novo quadro oferecido pela agilidade proposta pela rede Internet aplicada aos negócios e empreendimentos, oferecer respostas às demandas das novas organizações que emergem no cenário econômico e social moderno, considerando suas necessidades por processos mais dinâmicos e precisos, além de abrangentes e globalizados.

Em decorrência da formação multidisciplinar e das habilidades desenvolvidas, o egresso do Curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos estará apto a solucionar problemas ligados às organizações, através da prestação de serviços como: consultoria, assessoria e/ou auditoria, na área de recursos humanos; do planejamento, direção e controle das atividades de gestão de pessoas de qualquer tipo de empresa; da racionalização das decisões e desenvolvimento de estratégias adequadas para solucionar problemas relacionados à gestão de pessoas; da identificação das necessidades de desenvolvimento das pessoas e adequação às necessidades e expectativas da empresa; do planejamento e determinação de políticas de recursos humanos sintonizados com as metas da empresa; da construção do seu próprio conhecimento, a fim de acompanhar a evolução da área e levar para o mercado idéias inovadoras, capazes de transformá-lo; da participação constante em eventos de amplitude local e nacional, relacionados com as diversas áreas de gestão de pessoas.

Em aderência a essa característica, o Curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, que, como os demais, segue as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos do MEC, está organizado em quatro módulos, cada um com o objetivo de formar o aluno para atuar nos principais segmentos da área de Recursos Humanos.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos é oferecido em 4 (quatro) semestres letivos, nos horários diurno e noturno, com um total de 1.600 horas/aula em disciplinas, além de 50 horas de atividades complementares.

No quadro 3 apresenta-se a grade curricular do curso superior de Gestão em Recursos Humanos.

Quadro 3 – Grade curricular do curso superior de Gestão em Recursos Humanos

MÓDULO: FORMAÇÃO BÁSICA E GERENCIAL	C/H Semestral
Processos de Gestão	80
Empresas, Mercados e Negócios	80
Comunicação e Expressão	80
Gerência e Desenvolvimento de Pessoas	80
Projeto Integrado – Análise Organizacional	80
MÓDULO: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	
Recrutamento e Seleção	160
Administração de Pessoal	80
Direito Trabalhista e Previdenciário	80
Projeto Integrado – Análise do processo de Administração de Pessoal	80
MÓDULO: GESTÃO DA REMUNERAÇÃO	
Gestão de Carreiras	80
Gestão de Cargos e Salários	80
Métricas em RH	80
Gestão de Benefícios	80
Projeto Integrado – Montagem do Plano de Remuneração	80
MÓDULO: DESENVOLVIMENTO E PESSOAS	
Treinamento e Desenvolvimento	80
Gestão do Clima Organizacional	80
Gestão de Desempenho	80
Consultoria em RH	80
Projeto Integrado - Montagem de um plano de Treinamento e Desenvolvimento	80

As competências gerais apresentadas no Projeto Pedagógico deste curso visam, no módulo de Formação Básica Gerencial, aprimorar o conhecimento da comunicação verbal e escrita necessárias à gestão dos diferentes modelos organizacionais; compreender e aplicar o processo de gerenciamento de equipes identificando necessidades individuais e grupais; avaliar e dimensionar estruturas organizacionais, visando à otimização de seus recursos e competitividade no mercado; identificar as áreas de gestão envolvidas no ciclo de transformação de recursos e de sua colocação no mercado de modo integrado, sistêmico e

estratégico; compreender as ferramentas e metodologias utilizadas para a implementação de projetos de forma que os objetivos organizacionais sejam atendidos.

No módulo de Recrutamento e Seleção, aplicar a legislação trabalhista, previdenciária e tributária, no que se refere aos processos de admissão, demissão e administração de pessoal, visando uma administração eficiente e que atenda às expectativas do empregador e a legislação em vigor; planejar, organizar e conduzir processos de recrutamento e seleção, visando atender à demanda da organização, dentro dos prazos estabelecidos e com o mínimo de rotatividade de pessoal, objetivando o máximo de eficácia no resultado operacional; organizar e conduzir dinâmicas de grupo, que atendam as finalidades a que se propõem, apoiando os processos seletivos; analisar políticas e processos de Recursos Humanos com visão de controle interno para melhoria contínua; administrar conflitos que envolvam empregados, seus empregadores e sindicatos, por meio de interpretação dos direitos individuais do trabalho e das obrigações básicas do contrato de trabalho.

No módulo de Gestão da Remuneração, desenvolver planos de carreira e de remuneração visando atender as novas tendências das estruturas organizacionais (menor número de níveis hierárquicos, política de retenção de talentos), planejando ações e estratégias para implementação das mudanças propostas; desenvolver e implantar modernos e abrangentes planos de benefícios para empresas, considerando sua estrutura e recursos disponíveis; mensurar e analisar os indicadores de performance da gestão de recursos humanos, possibilitando adequar as ações às metas e estratégias organizacionais.

No módulo de Desenvolvimento de Pessoas, desenvolver e implantar processos de avaliação de desempenho de acordo com os objetivos estabelecidos, visando acompanhar e proporcionar o desenvolvimento contínuo das pessoas e da empresa; identificar oportunidades de melhoria do clima organizacional com foco no desempenho da empresa e nas relações entre as pessoas e setores, através da análise de dados obtidos em pesquisas realizadas; desenvolver e implantar programas capazes de interferir positivamente no clima da organização, visando facilitar o andamento e o alcance da qualidade necessária aos processos de trabalho; identificar as competências essenciais dos colaboradores de uma empresa, com base nos objetivos estratégicos estabelecidos, visando criar programas de

desenvolvimento contínuo das pessoas e atender demandas internas e externas num cenário marcado pela competitividade; realizar diagnóstico organizacional e propor ações de gestão de pessoas, alinhando-as ao planejamento estratégico da empresa, tendo em vista a maior competitividade da empresa.

2.2.3. Curso Superior de Tecnologia em Logística

O Curso Superior de Tecnologia em Logística prepara profissionais aptos para supervisionar ou operar um sistema ou sub-sistema logístico e com capacidade para tomar decisões em logística nos ciclos de atividades de suprimento, produção e distribuição; tomar decisões relativas a todas as atividades logísticas e correlacionadas (estoque, armazenagem, transportes e tecnologia da informação aplicada); atuar no sentido da minimização dos custos dos produtos e da melhoria nos níveis de serviço ao cliente; assessorar, na área de abrangência da logística, a tomada de decisão nos níveis estratégico e tático das organizações; conduzir a empresa na sua inserção nos diversos tipos de cadeias produtivas; agir estrategicamente no que diz respeito às decisões relacionadas ao investimento e às parcerias com fornecedores e clientes; fornecer a base para a atualização profissional constante, que permita superar os desafios e propor, com responsabilidade social e ética, soluções criativas para as atividades inerentes à logística nas esferas da administração dos setores público e privado.

O perfil do egresso do curso de Logística é a de formar profissionais com capacidade de análise e decisão em seu cotidiano de trabalho para dimensionar e desenvolver a organização funcional e estrutural de sistemas de estoque, armazenagem, transportes e tecnologia da informação aplicada, atuando de forma ética e responsável em organizações do setor industrial, comercial, de prestação de serviços, governamental e outros segmentos de atividades, incluindo as voltadas diretamente para o setor de logística.

Em aderência a essa característica, o Curso de Superior de Logística, que, como os demais, segue as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos do MEC, está organizado em quatro módulos, cada um com o objetivo de formar o aluno para atuar nos principais segmentos da área.

O Curso Superior de Tecnologia em Logística é oferecido em 4 (quatro) semestres letivos, nos horários diurno e noturno, com um total de 1.600 horas/aula em disciplinas, além de 50 horas de atividades complementares.

No quadro 4 apresenta-se a grade curricular do curso superior de Logística.

Quadro 4 – Grade curricular do curso superior de Logística

MÓDULO: FORMAÇÃO BÁSICA E GERENCIAL	C/H Semestral
Processos de Gestão	80
Empresas, Mercados e Negócios	80
Comunicação e Expressão	80
Gerência e Desenvolvimento de Pessoas	80
Projeto Integrado – Análise Organizacional	80
MÓDULO: PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MATERIAIS	
Cadeia de Suprimentos Sustentável	80
Planejamento da Produção e Estoques	80
Centro de Distribuição e Armazenagem	80
Métodos Quantitativos Aplicados	80
Projeto Integrado – Planejamento e Gestão de Materiais	80
MÓDULO: TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO FÍSICA	
Pesquisa Operacional	80
Sistemas de Transportes	80
Gestão de Custos Logísticos	80
Tecnologia de Transportes de Carga	80
Projeto Integrado – Transporte e Distribuição Física	80
MÓDULO: QUALIDADE E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS	
Logística Internacional	80
Comércio Exterior	80
Qualidade em Logística	80
Legislação Aplicada	80
Projeto Integrado - Qualidade e Operações Internacionais	80

As competências gerais apresentadas no Projeto Pedagógico deste curso visam, no módulo de Formação Básica Gerencial, aprimorar o conhecimento da comunicação verbal e escrita necessárias à gestão dos diferentes modelos organizacionais; compreender e aplicar o processo de gerenciamento de equipes identificando necessidades individuais e grupais; avaliar e dimensionar estruturas organizacionais, visando à otimização de seus recursos e competitividade no mercado; identificar as áreas de gestão envolvidas no ciclo de transformação de recursos e de sua colocação no mercado de modo integrado, sistêmico e estratégico; compreender as ferramentas e metodologias utilizadas para a implementação de projetos de forma que os objetivos organizacionais sejam

atendidos.

No módulo de Planejamento e Gestão de Materiais; calcular a valoração de mercadorias em estoques e elaborar planejamento conforme critérios estabelecidos pelas empresas; elaborar os dados necessários para planejamento da manutenção de estoques; controlar o estoque e seus níveis, com a elaboração de ferramentas compatíveis com a estrutura das empresas; gerir os custos de planos e projetos de manutenção de estoques para a manutenção dos estoques nas organizações.

No módulo de Transporte e distribuição física; utilizar os tipos de transportes para melhor distribuição dos produtos e serviços de uma organização; utilizar os meios de transportes em conjunto com outras áreas funcionais para o completo funcionamento logística; aplicar as diversas modalidades de transportes: rodoviário, ferroviário, marítimo, hidroviário, portuário, aéreo e dutoviário, seus usos e prescrições tanto para cargas nacionais e internacionais; gerenciar o transporte de mercadorias identificando as diferentes estratégias utilizadas por empresas distribuidoras.

No módulo de Qualidade e Operações Internacionais; analisar os canais de distribuição da empresa buscando o mais adequado para possibilitar que os produtos cheguem no menor prazo no mercado de consumo internacional; estruturar a armazenagem estratégica produtos para que possam abastecer o mais rápido possível o mercado internacional; viabilizar o arranjo físico de produtos, otimizando os processos de armazenagem, nas empresas que atuam no comércio exterior; analisar a cadeia de suprimentos, seus volumes e custos para a viabilidade dos negócios internacionais.

3. AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Historicamente, a avaliação da educação superior no país tem início na década de 70, com a instituição da política de avaliação da pós-graduação pela CAPES, especialmente voltada aos cursos de mestrado e doutorado.

No âmbito da avaliação dos cursos de graduação, datam de 1983 as primeiras idéias sobre o tema, com a instituição, pelo Ministério da Educação – MEC, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU, que enfatizava a gestão das Instituições de Ensino Superior – IES, a produção e a disseminação dos conhecimentos.

Desativado em 1984, tal programa foi substituído por várias iniciativas governamentais, como a constituição da “Comissão de Notáveis” em 1985, e do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior – GERES, em 1986.

Entre o final da década de 80 e início dos anos 90, algumas universidades iniciaram experiências de auto-avaliação, que contribuíram para criar um espaço de interlocução entre o MEC e as instituições federais, representadas pela Associação das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES. Pela mediação da ANDIFES, as experiências de auto-avaliação subsidiaram a construção do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, que teve o apoio da SESu/MEC, de 1993 a 1994.

Em 1996, foi introduzido, em âmbito nacional, o Exame Nacional de Cursos – ENC, popularizado como “Provão”, seguido de outros mecanismos avaliativos, tais como a Avaliação das Condições de Ensino – ACE, e a Avaliação para credenciamento de IES privadas, com a proposta de nivelar as instituições em termos de qualidade. No entanto, este modelo mostrou-se insuficiente e fragmentado para responder ao questionamento referente ao tipo de educação superior que era oferecido aos brasileiros, principalmente o tecnológico.

A partir disso, foi desencadeado um processo de discussão que, como resultado, originou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º. VI, VIII e IX. Da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES preve assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II- o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito á identidade e á diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo docente e tecnicoadministrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no caput deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

A avaliação das IES tem como objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI);

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo á produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere á sua contribuição em relação á inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo tecnicoadministrativo, seu aperfeiçoamento , desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

VII - infraestrutura física, especialmente e de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX - práticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

Estas dez dimensões devem respeitar a diversidade e especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

As Universidades de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco.

A avaliação das IES resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Já a avaliação dos cursos de graduação tem como objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

Devem ser utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao

desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Por sua vez, a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

3.1. Instrumentos de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia

Apresenta-se no anexo 2, os instrumentos de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia disponibilizados pelo INEP.

3.1.1. Relatório de avaliação do curso superior de tecnologia (2009)

O curso em questão foi avaliado com o instrumento de avaliação de curso superior em tecnologia do ano de 2009.

Vale ressaltar que o currículo e o egresso do curso refere-se a mesma IES apresentada no capítulo anterior.

Abaixo apresenta-se na íntegra o relatório final da avaliação desse curso, omitindo-se apenas os dados da Instituição.

Síntese da ação preliminar à avaliação:

O coordenador do curso apresentou justificativa não procedente ao CPC, tomando por base os documentos e as entrevistas realizadas in loco, onde foi possível detectar que o atual coordenador assumiu recentemente a coordenação do curso.

Não há plausibilidade entre a justificativa apresentada e as ações propostas para sanear as possíveis deficiências.

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

A implementação do PPC está articulado com as políticas institucionais constantes no PDI (2007-2011). Além disso, o curso conta com órgão colegiado com participação de docentes em reuniões trimestrais, porém, não se observou a participação discente em tal colegiado. O Curso está baseado no Parecer CNE-CES nº 436/2001 e na resolução CNE-CP nº 3/2002 em conformidade com que dispõem as DCN's para os cursos superiores de tecnologia, atendendo o referencial mínimo de qualidade e de acordo com o conteúdo curricular publicado no e-MEC, as ementas, os programas (vistos in loco) e a bibliografia (observada in loco) indicada nas disciplinas estão condizentes com o perfil do egresso. Nesse laboratório, foi observada a recente atualização de equipamentos, sendo a atual estrutura compatível com a proposta do curso. Já os procedimentos de ensino-aprendizagem, a metodologia de ensino e os processos de avaliação estão coerentes com a concepção do curso, porém, não refletem a interdisciplinaridade, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. As estratégias de flexibilização e atividades complementares estão implementados e alinhado ao PPC. Quanto ao ENADE, de acordo com a CPA existe um planejamento de ações em andamento no curso visando a melhoria de desempenho na próxima avaliação.

Conceito da Dimensão 1: 3

Dimensão 2: Corpo Docente

O coordenador do curso possui formação e titulação *stricto sensu* condizente com o curso sob análise, assim como possui experiência no magistério superior a 5 anos. Atualmente, o seu regime de trabalho é de tempo integral e, recentemente, atua como coordenador do curso. Com relação ao NDE, quase a totalidade do quadro de professores do NDE do curso é composto por professores com pós-graduação *stricto sensu*. Quanto ao número de professores doutores que atuam no NDE está abaixo dos 50%. Por outro lado, o número de professores que atuam ininterruptamente desde o último ato regulatório está acima dos 40%. Contudo, a portaria da IES referente a formação do NDE está datada em 03/02/2009, portanto, o NDE não é atuante desde o último ato regulatório. Já o quadro de professores do curso é composto por 21 docentes, desses mais de 50% têm pós-graduação *stricto*

senso e com experiência acima de 4 anos. Quanto a titulação o quadro de professores possui 14% com titulação de doutor, 9,5 % dos professores que atuam no curso tem regime de trabalho integral. Portanto, a titulação e o regime de trabalho não atendem ao referencial mínimo. Além disso, a produção de material didático ou científico do corpo docente do curso não atende a relação de produção de 3 materiais por docente nos últimos três anos. Por outro lado, a experiência profissional do corpo técnico e administrativo está condizente com o referencial mínimo de qualidade.

Conceito da Dimensão 2: 2

Dimensão 3: Instalações Físicas

Os espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso atende ao referencial mínimo de qualidade quanto a dimensão, quantidade, equipamentos, limpeza, acústica, ventilação, segurança, conservação, porém, a visita in loco verificou que o projeto arquitetônico (presença de treliças) interfere na qualidade da iluminação e o mobiliário de uso dos alunos poderiam fornecer maior acessibilidade. Quanto a tipologia e a quantidade de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso atende ao referencial mínimo de qualidade. O mesmo acontecendo com o acervo bibliográfico básico e complementar. Ressalta-se a utilização da biblioteca eletrônica possibilitando fácil acesso ao acervo bibliográfico do curso. Por outro lado, na visita in loco não foi observado a existência de periódicos e base de dados na área específica do curso.

Conceito da Dimensão 3: 3

Esta comissão tendo realizado as ações preliminares de avaliação, as considerações sobre cada uma das três dimensões avaliadas e sobre os requisitos legais, todas integrantes deste relatório, e considerando também os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, atribuiu os seguintes conceitos por dimensão:

DIMENSÃO - CONCEITO

Dimensão 1 = 3

Dimensão 2 = 2

Dimensão 3 = 3

Em razão do acima exposto e considerando ainda os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) neste instrumento de avaliação, este curso de apresenta um perfil adequado de qualidade, com o conceito final 3.

Conceito Final: 3

3.1.2. Relatório de avaliação do curso superior de tecnologia (2010)

O curso em questão foi avaliado com o novo instrumento de avaliação de curso superior em tecnologia.

Vale ressaltar que o currículo e o egresso do curso refere-se a mesma IES apresentada no capítulo anterior.

Abaixo apresenta-se na íntegra o relatório final da avaliação desse curso, omitindo-se apenas os dados da Instituição.

Síntese da ação preliminar à avaliação:

A IES apresentou no sistema (e-MEC) o PDI referente ao período 2007-2011. Este PDI está condizente com a estrutura determinada do Art.16 do Decreto n.5.773/2006 e o seu conteúdo contempla todas as informações demandadas em cada item. O curso tem o nome adequado ao Catálogo Nacional de Cursos.

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

PPC do curso considera o contexto econômico e produtivo da região e a política institucional de expansão acompanha de forma plena a tendência de mercado e a necessidade de profissionais. A implantação de algumas políticas institucionais, vinculadas ao processo de autoavaliação foi executada (melhoria da estrutura física, biblioteca e didática dos professores).

Os resultados dos relatórios de autoavaliação foram utilizados de forma suficiente para implantar melhorias apontadas no processo de autoavaliação interna. O processo ocorre anualmente. O relatório apresenta as ações planejadas e as realizadas. As melhorias implantadas foram pautadas nas respostas dos segmentos (docentes, discentes e funcionários). A autoavaliação externa, considerando as 10 dimensões ainda não foi desenvolvida. O curso fez o ENADE em 2009 e os resultados até o momento não foram disponibilizados pelo Inep.

Os objetivos dos cursos atendem suficientemente aos compromissos institucionais de formação tecnológica e humana, em relação às demandas produtivas da região, de acordo com o previsto no PPC e PDI.

O perfil do egresso previsto no PPC está sendo construído de forma suficiente com as disciplinas do curso e competências e habilidades, de acordo com a previsão do PPC.

A estrutura curricular atende ao proposto no PPC como, por exemplo, à inserção de novas tecnologias e novidades que surgem no dia a dia do setor. A interdisciplinaridade e a flexibilidade é articulada entre os docentes nas discussões do colegiado do curso e em conversas informais, de forma que os seus benefícios atinjam a convergência com o perfil do egresso, previsto no PPC.

Os conteúdos curriculares previstos a cada semestre são revisados e se necessário atualizados. O docente sugere as modificações ao colegiado do curso, e estas devem estar coerentes com o perfil do egresso considerando a carga horária das disciplinas. Os conteúdos curriculares estão coerentes, com o perfil e os objetivos do curso previstos no PPC e com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

A metodologia utilizada pelos docentes envolve aulas teóricas, de laboratório, trabalho prático nas empresas e visitas técnicas. Os discentes relataram que esta metodologia agrega forte vínculo entre a teoria e prática, contribuindo de forma plena em sua formação.

Quanto ao atendimento ao discente é sistemático e de forma plena. A IES possui apoio psicopedagógico e ouvidoria. Oferece oportunidade de nivelamento por meio do Projeto Gabaritando, como por exemplo, Língua Portuguesa, Teoria Geral da Administração, Matemática, Metodologia Científica dentre outros de acordo com a necessidade, bem como o atendimento extraclasse conforme o previsto no PPC. O curso possui convênio com 172 empresas onde os discentes oriundos delas recebem descontos de 10 a 30%, além do Prouni, Bolsa Mantenedora, Bolsa Maturidade, Bolsa member get member dentre outras. Dos 306 matriculados, 298 possuem algum tipo de bolsa.

Conceito da Dimensão 1: 4

Dimensão 2: Corpo Docente

O NDE é composto por cinco docentes mais a coordenadora do curso, e percebeu-se que eles participaram plenamente da implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

66,6% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

Verificou-se que mais de 75% do NDE possui experiência profissional relevante, no eixo tecnológico do curso, fora do magistério, superior a 3 anos.

33% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo integral.

A coordenadora possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação lato sensu e experiência profissional, no magistério superior e na educação profissional.

O regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial, reservada 1 hora para cada 19 vagas ofertadas nos últimos dois anos.

O colegiado está legalmente constituído e possui suficiente representatividade e participação nas decisões sobre assuntos acadêmicos.

53,3% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

26,6% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial e 26,6% em tempo parcial e os demais são horistas.

A experiência acadêmica na educação superior e profissional dos docentes é superior a três anos.

80% dos docentes do curso têm experiência profissional superior a três anos.

A média do número de matrículas efetuadas nos últimos dois anos dividido pelo número docente equivalente a tempo integral foi de 21.

A média de disciplinas ministradas no curso, por docente, por semestre, nos últimos dois anos, foi de 1,8.

Verificou-se a existência no curso de dois programas em execução, sendo eles, projetos integradores, e um projeto social, envolvendo parte dos docentes e discentes.

Conceito da Dimensão 2: 4

Dimensão 3: Instalações Físicas

Quanto a salas para docentes e reunião, a IES disponibiliza aos docentes instalações equipadas de acordo com as finalidades e atende de forma suficiente ao número de professores da IES e do curso, atendendo os requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade.

O curso não oferece gabinetes de trabalhos para os docentes.

Todas as salas de aula atendem de forma suficiente aos requisitos de dimensão, limpeza, ventilação (2 ventiladores), cadeiras universitárias, limpeza conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

O acesso aos 2 laboratórios é liberado nos três períodos e aos sábados de manhã. Possuem 74 equipamentos, com softwares atualizados e legalizados e com acesso a internet. Atendem a relação de um computador para a faixa 13,5 alunos, oriundos da divisão de 1.000 alunos da instituição por 74 equipamentos. Atendendo de forma excelente este quesito.

A IES apresenta organização e informatização total dos registros acadêmicos, acesso on line aos dados dos alunos através do seu sistema de atendimento e de secretaria. Os processos e informações disponibilizadas nesta área aos docentes e discentes atendem de forma suficiente ao curso. Já que não disponibiliza acesso ao PPC e PDI.

A biblioteca possui acervo bibliográfico que atende de forma suficiente às atividades do curso, no que se refere à bibliografia básica, na proporção de 1 exemplar para até 10 alunos para cada turma.

A bibliografia complementar atende de forma suficiente as necessidades do curso, na relação de dois exemplares para alguns títulos.

Com relação aos periódicos com assinaturas contínuas, existem 4 periódicos científicos impressos relacionados à área do curso e 18 online. Esse quesito atende de forma suficiente a demanda do curso.

Os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem plenamente as atividades desenvolvidas. Existem 2 laboratórios, um geral com 40 computadores e um específico com 34 computadores, ligados à internet e contendo programa específico do curso.

Conceito da Dimensão 3: 3

Esta comissão tendo realizado as considerações sobre cada uma das três dimensões avaliadas e sobre os requisitos legais, todas integrantes deste relatório, atribuiu, em consequência, os seguintes conceitos por Dimensão:

Dimensão 1: 4

Dimensão 2: 4

Dimensão 3: 3

Em razão do acima exposto e considerando ainda os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior-CONAES e neste instrumento de avaliação, do Curso Superior de Tecnologia em questão da IES apresenta um perfil BOM com conceito final 4.

Conceito Final: 4

3.2. Comparativo dos instrumentos de avaliação

Até o ano de 2009, os cursos superiores de tecnologia eram avaliados pelo mesmo instrumento dos cursos bacharelados.

Por meio das avaliações realizadas in loco, apresentadas nesse capítulo, é possível identificar algumas diferenças que serão apresentadas da mesma maneira que os instrumentos de avaliação, ou seja, divididos por dimensão e subdivididos por itens específicos dentro de uma mesma dimensão.

Vale ainda ressaltar que o reconhecimento dos cursos é avaliado em apenas três dimensões, definidas pela lei do SINAES: Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica; Dimensão 2 - Corpo Docente e Dimensão 3 - Instalações Físicas.

Em seguida apresenta-se um quadro resumo comparando o instrumento de março de 2010 com os itens avaliados no instrumento de dezembro de 2008.

Quadro 5 – Comparativo dos instrumentos de avaliação

Instrumento de Avaliação de Reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia - Dezembro/2008			Instrumento de Avaliação de Reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia - Março/2010		
Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica		Pontos	Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica		Pontos
1.1.1 Projeto Pedagógico do Curso: aspectos gerais	Deve ser avaliado o PPC, verificando a abordagem do desenvolvimento econômico, demanda do setor produtivo, população do Ensino Médio, política institucional de expansão para a área.	5,00	1.1.1 Projeto Pedagógico do Curso: aspectos gerais	Além dos itens avaliados no Instrumento de 2008, deve ser verificado a implementação do PDI.	4,44
1.1.2 Objetivos do Curso	Deve expressar os compromissos institucionais de formação e atendimento a demanda do setor produtivo	5,00	1.1.2 Autoavaliação*	Deve ser avaliado a implementação de ações frente aos resultados da autoavaliação e avaliação externa.	4,44
1.1.3 Perfil profissional do egresso	Deve avaliar a implementação do perfil do profissional egresso, relacionado às competências profissionais propostas para o curso.	5,00	1.1.3 Objetivos do Curso	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	4,44
1.1.4 Número de vagas	Deve avaliar se o número de vaga autorizado e ofertado é proporcional ao corpo docente e a infraestrutura da IES.	5,00	1.1.4 Perfil profissional do egresso	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	4,44
1.2.1 Estrutura Curricular	Deve ser avaliado se a estrutura curricular possui certificação por módulos ou aproveitamento por competências; contextualização, interdisciplinaridade, atualização com o mercado de trabalho, articulação entre a teoria e a prática.	5,00	1.1.5 Número de vagas	Neste instrumento, deve ser avaliado se as vagas ofertadas nos últimos dois anos é correspondente ao corpo docente e a infraestrutura da IES.	4,44
1.2.2 Conteúdos Curriculares	Deve ser avaliado se os conteúdos curriculares, definido por ementas ou competências, são atualizados e coerentes com o perfil profissional, com as competências tecnológicas do egresso e com as cargas horárias.	5,00	1.2.1 Estrutura Curricular	Devem ser avaliados os mesmo itens do Instrumento de 2008, porém não fica explícito a necessidade de comprovação na estrutura curricular da certificação por módulos ou o aproveitamento por competências.	4,44
1.2.3 Metodologia	Dever ser avaliado se as práticas do curso estão comprometidas com a interdisciplinaridade, contextualização, desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.	5,00	1.2.2 Conteúdos Curriculares	Devem ser avaliados os mesmo itens do Instrumento de 2008, porém não fica explícito que os conteúdos curriculares devem ser apresentados por ementas ou competências.	4,44
1.2.4 Atendimento ao discente	Deve ser avaliado se o curso possui programa sistemático de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.	5,00	1.2.3 Metodologia	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	4,44
			1.2.4 Atendimento ao discente	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	4,44

Dimensão 2: Corpo Docente		Pontos	Dimensão 2: Corpo Docente		Pontos
2.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE	Para obter a nota mínima de suficiência, o NDE deve ser composto de pelo menos 30% dos docentes participantes da implementação do PPC.	2,69	2.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE	Para obter a nota mínima de suficiência, o NDE deve ser composto de pelo menos 30% dos docentes participantes da implementação do PPC.	2,33
2.1.2 Titulação do NDE	Para ser suficiente, 60% do NDE deve possuir o stricto sensu e destes, 30% de doutores. Para o atendimento pleno, 80% do NDE deve possuir o stricto sensu e destes, de 30% a 50% devem ser doutores. Para a avaliação de excelência, 100% do NDE deve possuir o stricto sensu e destes, 50% de doutores.	2,69	2.1.2 Titulação do NDE	Para ser suficiente, 60% do NDE deve possuir o stricto sensu, sem a obrigatoriedade de doutores. Para o atendimento pleno, 80% do NDE deve possuir o stricto sensu e destes, de 30%. Para a avaliação de excelência, 100% do NDE deve possuir o stricto sensu e destes, 50% de doutores.	2,33
2.1.3 Experiência profissional do NDE	Para ser suficiente, 30% do NDE deve possuir, no mínimo, dois anos de experiência profissional fora do magistério. Para o atendimento pleno, 50% do NDE deve possuir, no mínimo, dois anos de experiência profissional fora do magistério. Para a avaliação de excelência, 70% do NDE deve possuir, no mínimo, dois anos de experiência profissional fora do magistério.	2,69	2.1.3 Experiência profissional do NDE	Devem ser utilizados os mesmos critérios de avaliação do Instrumento de 2008.	2,33
2.1.4 Regime de trabalho do NDE	Para ser suficiente, 100% do NDE deve ser contratado em regime em tempo integral ou parcial e destes, pelo menos um docente em tempo integral. Para o atendimento pleno, faz-se necessário ao menos 25% do NDE contratado em tempo integral. Para a avaliação de excelência, faz-se necessário ao menos 50% do NDE contratado em tempo integral.	2,69	2.1.4 Regime de trabalho do NDE	Para ser suficiente, 40% do NDE deve ser contratado em regime em tempo integral. Para o atendimento pleno, faz-se necessário ao menos 61% do NDE contratado em tempo integral. Para a avaliação de excelência, faz-se necessário ao menos 81% do NDE contratado em tempo integral.	2,33
2.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso	Para ser suficiente, o coordenador do curso deve possuir pós-graduação lato sensu e experiência acadêmica de até 3 anos. Para o atendimento pleno, o coordenador do curso deve possuir pós-graduação lato sensu e experiência acadêmica de até 4 anos. Para a avaliação de excelência, o coordenador do curso deve possuir pós-graduação stricto sensu e experiência acadêmica maior que 4 anos.	2,69	2.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso	Para ser suficiente, o coordenador do curso deve possuir pós-graduação lato sensu e experiência acadêmica de 3 a 4 anos. Para o atendimento pleno, o coordenador do curso deve possuir pós-graduação lato sensu e experiência acadêmica de 4 a 5 anos. Para a avaliação de excelência, o coordenador do curso deve possuir pós-graduação stricto sensu e experiência acadêmica maior que 5 anos.	2,33
2.1.6 Regime de trabalho do coordenador do curso	Para ser suficiente, o coordenador do curso deve ter o regime de trabalho em tempo parcial ou integral e o número de vagas do curso dividido pelo número de horas semanais de trabalho for entre 11 e 16. Para atender plenamente a divisão deverá ser entre 7 e 11. Para uma avaliação de excelência, a divisão deve ser menor que 7.	2,69	2.1.6 Regime de trabalho do coordenador do curso	Para ser suficiente, o coordenador do curso deve ter o regime de trabalho em tempo parcial ou integral e deve satisfazer a relação máxima de 1h para 30 vagas (considerando as vagas ofertadas nos últimos 2 anos), atendendo um mínimo de 10h semanais. Para atender plenamente a relação máxima deve ser de 1h para 24 vagas. Para uma avaliação de excelência, a relação deve ser de 1h para 18 vagas.	2,33
			2.1.7 Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	Deve ser avaliado se o colegiado está legalmente constituído e possui representatividade e participação nas decisões sobre assuntos acadêmicos.	2,33

	<p>Para ser suficiente, 30% dos docentes deve possuir pós graduação stricto sensu e 15% de doutores.</p> <p>Para o atendimento pleno, 45% a 59% dos docentes deve possuir pós graduação stricto sensu e 22,5% de doutores.</p> <p>Para a avaliação de excelência, 60% dos docentes deve possuir pós graduação stricto sensu e 30% de doutores.</p>	2,69		<p>Para ser suficiente, no mínimo 30% dos docentes deve possuir pós graduação stricto sensu.</p> <p>Para o atendimento pleno, no mínimo 60% dos docentes deve possuir pós graduação stricto sensu e 30% de doutores.</p> <p>Para a avaliação de excelência, no mínimo 60% dos docentes deve possuir pós graduação stricto sensu e 50% de doutores.</p>	2,33
2.2.1 Titulação do Corpo Docente			2.2.1 Titulação do Corpo Docente		
	<p>Para ser suficiente, 30% dos docentes devem ser contratados em regime de tempo integral ou parcial e pelo menos 15% em tempo integral.</p> <p>Para o atendimento pleno, 45% dos docentes devem ser contratados em regime de tempo integral ou parcial e pelo menos 22,5% em tempo integral.</p> <p>Para a avaliação de excelência, 60% dos docentes devem ser contratados em regime de tempo integral ou parcial e pelo menos 30% em tempo integral.</p>	2,69		<p>Para ser suficiente, 30% dos docentes devem ser contratados em regime de tempo integral ou parcial e pelo menos 10% em tempo integral.</p> <p>Para o atendimento pleno, 45% dos docentes devem ser contratados em regime de tempo integral ou parcial e pelo menos 20% em tempo integral.</p> <p>Para a avaliação de excelência, 60% dos docentes devem ser contratados em regime de tempo integral ou parcial e pelo menos 30% em tempo integral.</p>	2,33
2.2.2 Regime de trabalho do corpo docente			2.2.2 Regime de trabalho do corpo docente		
	<p>Para ser suficiente, entre 50% e 59% dos docentes deve ter três anos de experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional.</p> <p>Para atender plenamente o percentual deve estar entre 60% e 69%.</p> <p>Para obter uma avaliação de excelência, o percentual deve ser maior que 70%.</p>	2,69		<p>Os percentuais necessários são os mesmos considerados no instrumento de 2008, porém, destaca-se a experiência no ensino técnico e tecnológico dos docentes.</p>	2,33
2.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou experiência na educação profissional			2.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou experiência na educação profissional		
	<p>Para ser suficiente, entre 50% e 59% dos docentes deve ter três anos de experiência profissional.</p> <p>Para atender plenamente o percentual deve estar entre 60% e 69% e um tempo de quatro anos de experiência.</p> <p>Para obter uma avaliação de excelência, o percentual deve ser maior que 70% e um tempo de cinco anos de experiência.</p>	2,69		<p>Para ser suficiente, entre 51% e 70% dos docentes deve ter três anos de experiência profissional.</p> <p>Para atender plenamente o percentual deve estar entre 71% e 90%.</p> <p>Para obter uma avaliação de excelência, o percentual deve ser maior que 90%.</p>	2,33
2.2.4 Tempo de experiência profissional do corpo docente (fora do magistério)			2.2.4 Tempo de experiência profissional do corpo docente (fora do magistério)		
	<p>Para ser suficiente a relação do número de vagas e o número de docentes em tempo integral está entre 26 e 30.</p> <p>Para atender plenamente a relação deve estar entre 21 e 25.</p> <p>Para obter uma avaliação de excelência, a relação deve ser de no máximo 20.</p>	2,69		<p>Para ser suficiente a relação do número de matrículas dos últimos dois anos e o número de docentes em tempo integral está entre 25 e 29.</p> <p>Para atender plenamente a relação deve estar entre 20 e 24.</p> <p>Para obter uma avaliação de excelência, a relação deve ser de no máximo 20.</p>	2,33
2.3.1 Número de alunos por docente equivalente a tempo integral			2.3.1 Número de alunos por docente equivalente a tempo integral		
	<p>Para ser suficiente, pode-se ter uma turma entre 51 e 60 alunos.</p> <p>Para atender plenamente, pode-se ter uma turma entre 41 e 50 alunos.</p> <p>Para um atendimento de excelência, todas as turmas devem ter no máximo 40 alunos.</p>	2,69		<p>Para ser suficiente, pode-se ter uma turma com mais de 50 alunos.</p> <p>Para atender plenamente, pode-se ter uma turma entre 41 e 50 alunos.</p> <p>Para um atendimento de excelência, todas as turmas devem ter no máximo 40 alunos.</p>	2,33
2.3.2 Número de alunos por turma em disciplina teórica			2.3.2 Número de alunos por turma em disciplina teórica		
				<p>Para ser suficiente, cada docente pode ministrar de 2,5 a 3,0 disciplinas por semestre, nos últimos dois anos.</p> <p>Para o atendimento pleno, cada docente pode ministrar de 1,5 a 2,4 disciplinas.</p> <p>Para a avaliação de excelência, cada docente pode ministrar até 1,5 disciplinas.</p>	2,33
			2.3.3 Número médio de disciplinas por docente		

2.3.3 Pesquisa, produção científica e tecnológica	Deve ser avaliado se há o desenvolvimento da pesquisa e inovação tecnológica com participação dos estudantes. Para avaliação plena, faz-se necessária, pelo menos uma produção científica por docente, nos últimos três anos. Para avaliação de excelência, faz-se necessária duas produções científicas por docente, nos últimos três anos.	2,69	2.3.4 Pesquisa, produção científica e tecnológica	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,33
---	--	------	---	---	------

Dimensão 3: Instalações Físicas		Pontos	Dimensão 3: Instalações Físicas		Pontos
3.1.1 Sala de professores e sala de reuniões	Deve ser avaliado se as instalações para docentes estão equipadas e se atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade.	2,78	3.1.1 Sala de professores e sala de reuniões	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.1.2 Gabinetes de trabalho para professores	Deve ser avaliado se o gabinete de trabalho do coordenador de curso e do NDE atendem a finalidade e se há computadores ligados a Internet.	2,78	3.1.2 Gabinetes de trabalho para professores	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.1.3 Salas de aula	Deve ser avaliado se as salas de aula estão equipadas e se atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade.	2,78	3.1.3 Salas de aula	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.1.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	Para ser suficiente, deve-se ter um terminal para uma faixa de 26 a 35 alunos. Para atender plenamente, a relação deve ser para 16 a 25 alunos. Para um atendimento de excelência, a relação deve ser de um terminal para cada 15 alunos.	2,78	3.1.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
			3.1.5 Registros Acadêmicos	Deve ser avaliado se há um processo de registro acadêmico informatizado disponível aos docentes e discentes. Para avaliação plena, é preciso permitir a consulta ao PPC e ao PDI. Para avaliação de excelência, é preciso permitir a consulta ao PPC, PDI e legislação relacionada ao curso.	2,50

3.2.1 Livros da bibliografia básica	Para ser suficiente, deve-se ter três títulos na bibliografia básica e a relação deve ser de um exemplar para 9 a 10 alunos. Para atender plenamente, pode-se ter um exemplar para 7 a 8 alunos. Para um atendimento de excelência, deve-se ter um exemplar para até 6 alunos.	2,78	3.2.1 Livros da bibliografia básica	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.2.2 Livros da bibliografia complementar	Deve se avaliar se o acervo possui pelo menos dois exemplares de cada título da bibliografia complementar.	2,78	3.2.2 Livros da bibliografia complementar	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.2.3 Periódicos especializados, indexados e correntes	Deve se avaliar se existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes de forma impressa ou informatizada que abrange as principais áreas temáticas do curso.	2,78	3.2.3 Periódicos especializados, indexados e correntes	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.3.1 Laboratórios Especializados	Deve se avaliar se os laboratórios especializados estão implantados em qualidade e quantidade adequada.	2,78	3.3.1 Laboratórios Especializados	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50
3.3.2 Infra-estrutura e serviços dos laboratórios especializados	Deve se avaliar se os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem às atividades desenvolvidas.	2,78	3.3.2 Infra-estrutura e serviços dos laboratórios especializados	Devem ser avaliados os mesmos itens avaliados no Instrumento de 2008.	2,50

Na dimensão 1, a avaliação deve ser realizada frente a organização didático-pedagógica. Um novo indicador sobre auto avaliação foi inserido para que sejam analisadas as ações feitas frente aos resultados da avaliação institucional e externa da IES. Mas, a mudança significativa para os cursos superiores de tecnologia foram os pesos dados a cada indicador.

Com a inserção de um novo indicador na dimensão 1 e mantendo-se o peso máximo de 40 pontos, houve a redução do peso de cada indicador.

Indicadores fundamentais que são os norteadores na construção dos currículos dos cursos superiores de tecnologia, como o perfil profissional de egresso, a estrutura curricular e os conteúdos curriculares passaram a ter um peso de 4,4% na nota final.

Pode-se observar que em ambas avaliações realizadas na citada Instituição, os avaliadores verificaram a estrutura curricular e as ementas das disciplinas para validar os indicadores 1.1.4, 1.2.1 e 1.2.2.

O que gera uma subjetividade na avaliação do perfil profissional do egresso, uma vez que não foram avaliados os egressos, mas sim a estrutura curricular do curso que deveria formar os alunos da forma planejada no Projeto Pedagógico do Curso.

Na dimensão 2 a avaliação é feita frente ao corpo docente apresentado pela IES. Fazendo o comparativo dos instrumentos de 2008 e 2010, esta dimensão foi a mais alterada, dois novos indicadores foram incluídos na avaliação e significativas alterações foram realizadas nos indicadores já existentes.

Os dois novos indicadores foram; a composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente e o número médio de disciplinas por docente. O primeiro avalia a representatividade do colegiado de curso, isso, pois com o inserção da necessidade do NDE – Núcleo Docente Estruturante no instrumento de 2008, o colegiado havia perdido a necessidade da participação na construção do curso. Já o segundo indicador, vem para regulamentar a quantidade de docentes por disciplinas no semestre, a avaliação deste indicador já era feita, analisada pelos membros da comissão, porém não havia a quantificação da quantidade de disciplinas que cada professor poderia ministrar.

Assim como na dimensão 1, a inclusão de dois indicadores na dimensão 2, fez com que cada indicador passasse a valer menos. De um total de 35 pontos possíveis, os indicadores da dimensão 2 passam a valer 2,33% do total da nota.

Uma das principais alterações realizadas da dimensão 2, diz respeito à titulação, pois tanto o NDE quanto o corpo docente, para serem minimamente avaliados, devem cumprir um percentual com pós graduação *stricto sensu*, mas não mais obrigatoriamente com doutorado.

Outra mudança importante foi a carga horária de trabalho do coordenador do curso; no instrumento anterior, o coordenador tinha que comprovar a carga horária de trabalho de acordo com o número de vagas autorizadas do curso, no novo instrumento, a carga horária é calculada frente aos números de alunos dos dois últimos anos. O que faz com que, principalmente as IES particulares, se adequem ao mínimo necessário sem a obrigatoriedade de onerar o custo da coordenação.

A terceira grande mudança nesta dimensão, diz respeito à experiência profissional dos docentes fora do magistério, neste item é possível ver o aumento do percentual mínimo necessário para se atingir a suficiência. Isto ressalta a importância do profissional de mercado atuando junto aos alunos dos cursos superiores de tecnologia.

Na dimensão 3, deve ser avaliada as instalações físicas da IES. Nesta dimensão apresentou-se a inserção um novo indicador para avaliar a forma de registros acadêmicos, considerando importante a informatização de tais informações e a disponibilidade aos docentes e discentes.

Assim como nas outras duas dimensões, a inserção deste indicador fez com de um total de 25 pontos possíveis desta dimensão, cada indicador passa a valer 2,5% da nota final da avaliação.

3.3. Pesquisa com egressos: avaliação do curso sobre a inserção no mercado de trabalho

Uma forma de avaliar a empregabilidade dos cursos superiores de tecnologia é a pesquisa com os egressos dos cursos.

Até o ano de 2007, a Instituição, apresentada no capítulo anterior, realizou tal pesquisa com o objetivo de se avaliar o potencial de empregabilidade dos egressos das áreas incluídas.

O questionário da pesquisa de egressos contém quatro partes subdivididas

em: dados pessoais; informações acadêmicas; informações culturais e informações profissionais.

Importante ressaltar que 79% dos alunos formados do curso de Logística; 86% dos alunos formados do curso de Marketing e 92% do curso de Gestão de Recursos Humanos participaram da pesquisa com os alunos egressos de 2005.

Já em 2007, a pesquisa foi realizada com 55% dos alunos formados do curso de Logística; 77% dos alunos formados do curso de Marketing e 81% do curso de Gestão de Recursos Humanos.

3.3.1. O que dizem os dados: formação e empregabilidade

Duas foram as principais questões que avaliaram a empregabilidade dos egressos. Todas as outras encontram-se em anexo.

Gráfico 1 – Inserção no mercado de trabalho (Logística)

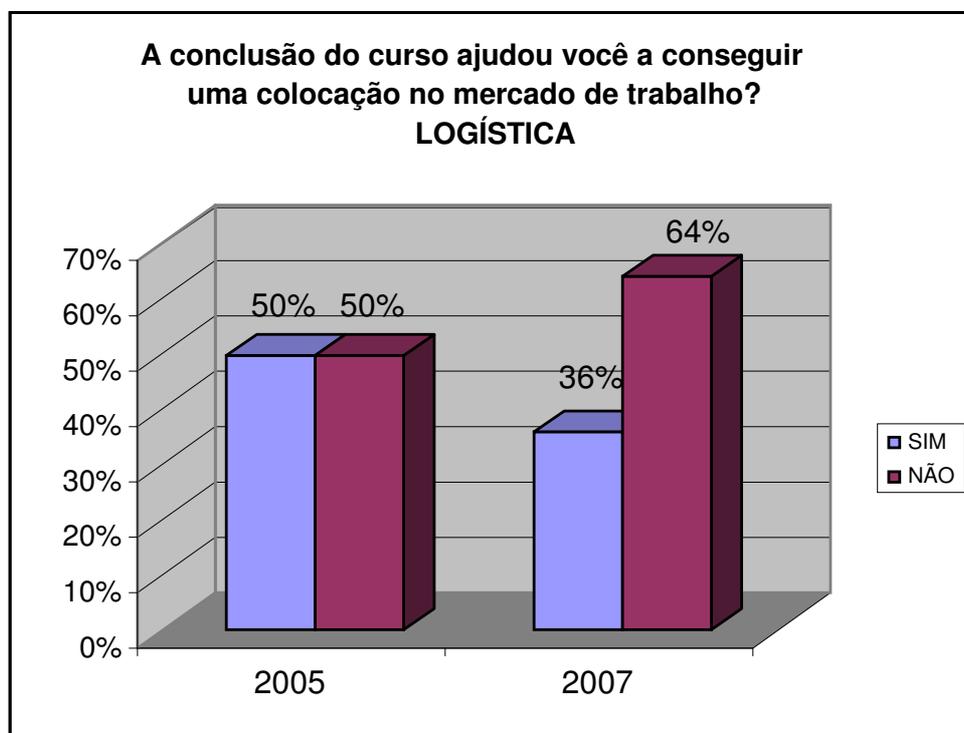
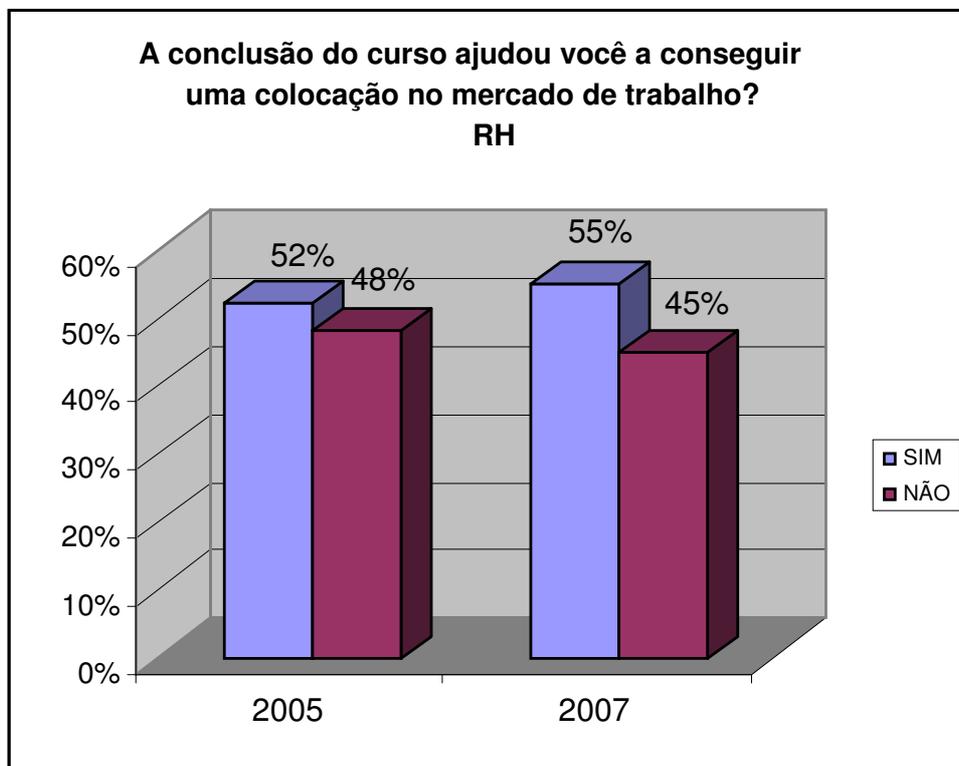


Gráfico 2 – Inserção no mercado de trabalho (Marketing)



Gráfico 3 – Inserção no mercado de trabalho (RH)



Considerando que a pesquisa realizada conseguiu que uma população significativa respondesse a questão, é possível ver por meio dos gráficos a queda percentual significativa nos três cursos sobre a inserção do aluno no mercado de trabalho. Em especial no curso de Logística. Também apresenta-se bastante representativo o percentual de alunos concluintes que ingressaram no mercado de trabalho no curso de Logística.

Gráfico 4 – Atuação profissional na área do curso (Logística)

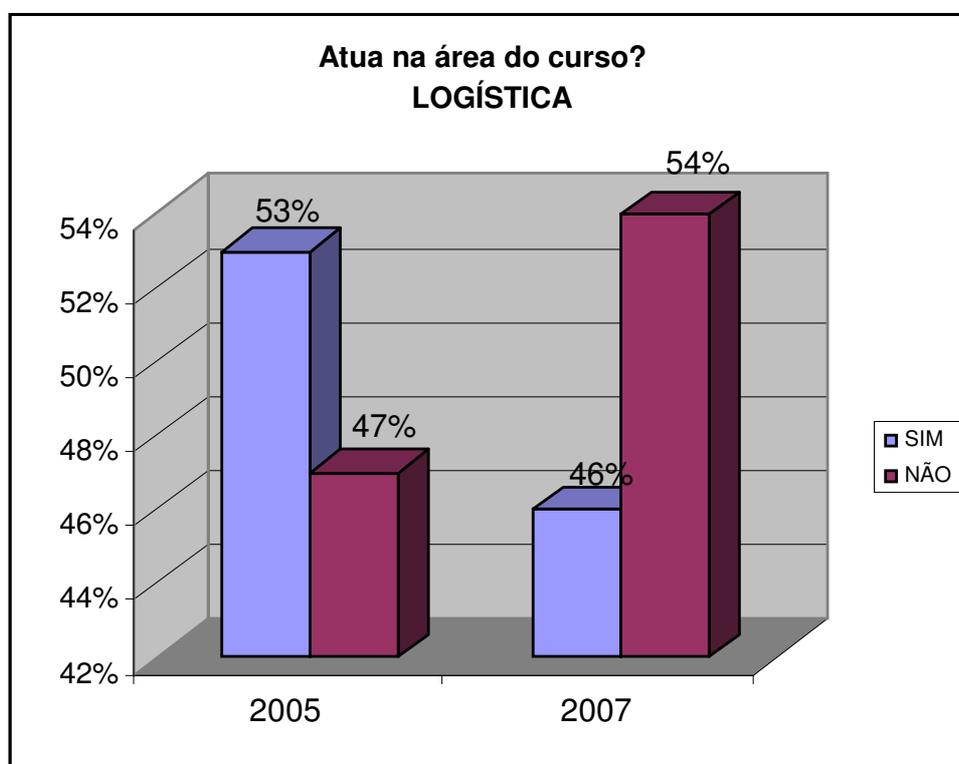


Gráfico 5 – Atuação profissional na área do curso (Marketing)

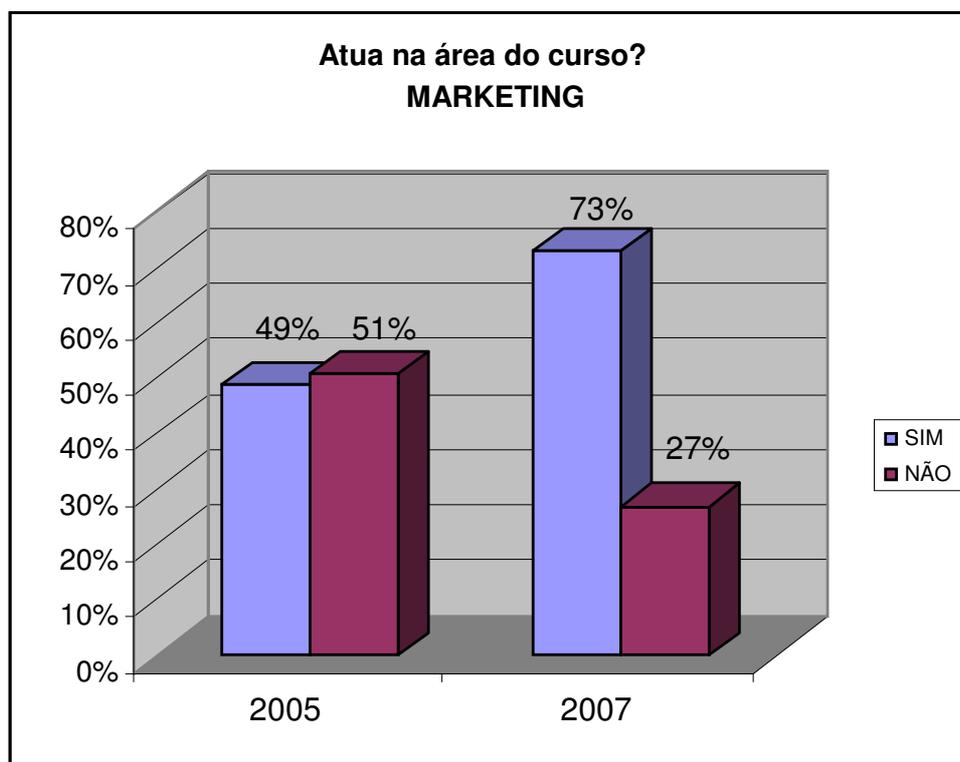
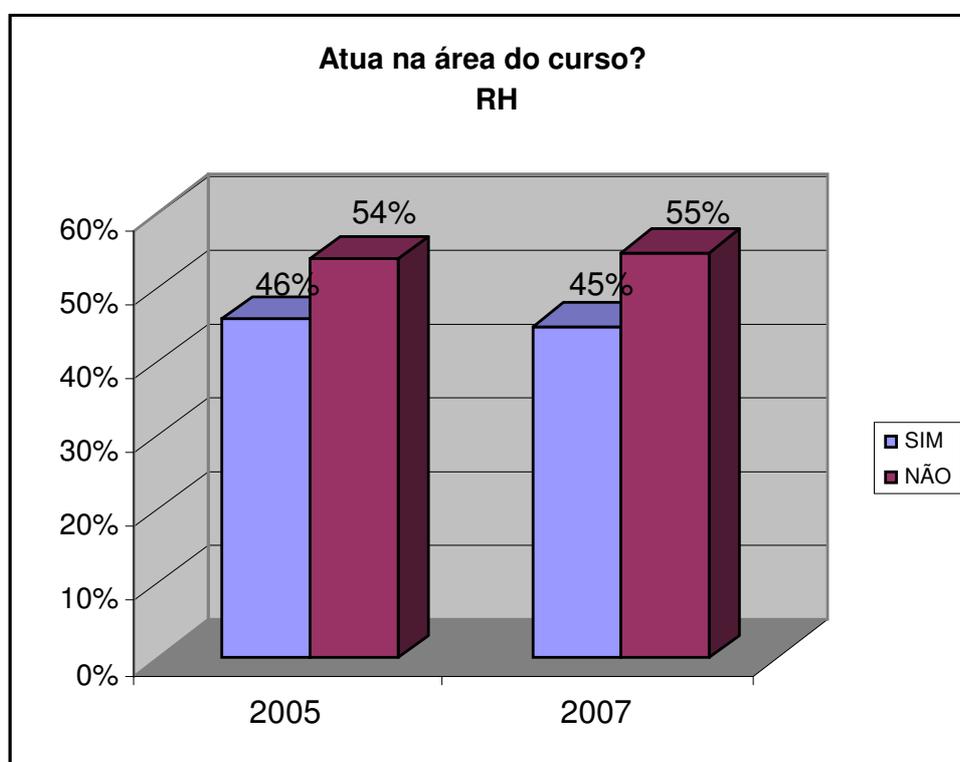


Gráfico 6 – Atuação profissional na área do curso (RH)



Nesta questão é possível ver que os profissionais formados por estes cursos não estão atuando na área do curso. Há uma queda significativa para os alunos de Logística e Marketing.

Isso significa que há muitos profissionais formados nesta modalidade de ensino que ainda não estão atuando na área do curso.

Tais questões poderiam ser melhor analisadas para subsidiar a avaliação das comissões frente a inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos superiores de tecnologia e frente as habilidades e competências que se buscava nesses alunos.

Apenas esses dados são insuficientes para avaliar se curso está formando bons profissionais, mas poderia nortear a reavaliação do profissional egresso e da estrutura curricular dos cursos.

Em 2009 o Conselho Federal de Administração publicou em Diário Oficial a Resolução Normativa nº 373 e 374, de 12/11/09 que aprova o registro profissional nos Conselhos Regionais de Administração (CRA) dos alunos formados em cursos superiores de tecnologia. Para regulamentar sua atuação, o egresso deve ter formação em um dos cursos superiores de tecnologia relacionados à área da Administração descritos Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e estar atuando nos campos profissionais relacionados à área.

Para que a avaliação do indicador que analisa o perfil do egresso não se tornasse tão subjetiva, poderia se propor a análise da inserção no mercado de trabalho dos egressos de acordo com a sua atuação profissional. Uma vez que os cargos já estão regulamentados pelos Conselhos Regionais de Administração e o perfil dos egressos apresentados no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Assim, a pesquisa com os egressos também não seria subjugada pelos avaliadores e as Instituições de fato saberiam se a formação dos cursos está de acordo com o que o mercado necessita.

CONCLUSÃO

No início deste trabalho, levantou-se como problema da pesquisa o modo como se deram as mudanças na educação tecnológica e como elas vêm alterando as formas de avaliação. Defendeu-se a hipótese de que houve alterações nas avaliações dos cursos superiores de educação tecnológica frente às novas formas de currículos, perfil dos egressos e às constantes mudanças no ensino.

Traçou-se como objetivo geral deste trabalho realizar um levantamento sobre as mudanças ocorridas nos cursos de educação tecnológica. Como objetivo específico pretendeu-se apresentar um comparativo dos instrumentos da avaliação dos cursos dos últimos dois anos.

Pode-se dizer que o maior objetivo deste trabalho foi alcançado, uma vez que foram apresentadas as mudanças ocorridas na educação tecnológica e o que isso interferiu nos instrumentos de avaliação dos cursos superiores de tecnologia. A proposta de analisar as formas de currículos e aplicação em três cursos bastante representativos proporcionou uma significativa reflexão sobre como melhorar as avaliações dessa modalidade de cursos.

Verificou-se que as matrizes curriculares apresentadas atendem às mudanças na legislação, às demandas e à aderência do mercado de trabalho. Pelas definições apresentadas, os currículos apresentados são do tipo integrado, pois buscam articular trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade. Somente estas análises não são suficientes para mostrar que as Instituições estão conseguindo aplicar a melhor forma de currículo, mas a preocupação em buscar respostas do mercado de trabalho e dos egressos contribui para uma melhor aderência da matriz curricular ao cenário em que o aluno estará atuando profissionalmente.

Com isso confirma-se a hipótese de que alterações foram realizadas frente às mudanças nessa modalidade da educação e que ainda há muitos passos que poderão ser dados, visto que o mercado começa a filtrar os egressos desses cursos frente a sua formação.

Há de se destacar que a necessidade de professores com experiência profissional fora do magistério tornou-se imprescindível, porém a titulação de doutor não. Contudo, ainda são necessárias constantes modificações nesse sentido.

Assim como apresentado, um novo instrumento de reconhecimento de curso superior de tecnologia foi apresentado no ano de 2010, com as mudanças elencadas no capítulo anterior, porém vale dizer que nenhuma alteração foi apresentada no instrumento de renovação de reconhecimento desses cursos, o que faz com que tais cursos sejam reavaliados de uma outra maneira, nos mesmos moldes dos cursos de bacharelado.

Pode-se concluir que as alterações realizadas nos instrumentos de avaliação dos cursos não são coerentes com os outros instrumentos. No instrumento de autorização dos cursos superiores de tecnologia, para um curso atender ao referencial mínimo de qualidade, deve possuir 15% de doutores em seu corpo docente; já no instrumento de reconhecimento, não há necessidade de doutores no corpo docente; enquanto no instrumento de renovação de reconhecimento, há necessidade de 20% de doutores, sendo que todos devem ter, pelo menos, quatro anos de experiência acadêmica no Ensino Superior.

Não se sabe se isso é um erro, ou apenas uma alteração brevemente suspensa, o que vale dizer é que atender ao regulatório será uma tarefa muito difícil, se em um curso de dois anos houver a necessidade de trocar grande parte do corpo docente.

Uma outra conclusão apresentada neste trabalho foi a não avaliação dos egressos dos cursos. O instrumento de avaliação dos cursos superiores de tecnologia prevê um indicador específico para o perfil do egresso, no qual se considera suficientemente bom o curso cujo perfil profissional do egresso expressa as competências profissionais tecnológicas do egresso do curso. Destaque-se, porém, que os avaliadores não verificam se o curso está formando tais profissionais. Nos casos apresentados, o egresso não foi avaliado, sendo que este indicador é pontuado apenas pela grade curricular, o que torna inviável qualquer alteração de aderência profissional frente à avaliação feita pela comissão.

Outra avaliação, que hoje, pela composição das notas dos cursos, tornou-se ainda mais importante, é o ENADE – Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes. Isso porque uma nota minimamente alcançada exclui a necessidade de uma avaliação *in loco* para renovação de reconhecimento dos cursos. Os resultados do ENADE 2009, do qual participaram os cursos da área da gestão, foram publicados no início de 2011. Esta é uma pesquisa relevante porque permite que se possa cruzar o que o catálogo nacional de cursos superiores apresenta, como o instrumento de renovação de reconhecimento avalia os cursos e quais são as competências norteadoras para a construção das questões deste exame.

A continuidade deste trabalho é necessária para que se possa identificar e propor novos modelos e instrumentos norteadores para avaliação dos cursos superiores de tecnologia. É preciso ressaltar a importância da participação dos docentes com experiência no mercado de trabalho para construção das matrizes do curso. Vale salientar, por um lado, aquilo que os conselhos regionais valorizam no profissional e, por outro, que um processo de mudança na área acadêmica possui muitas variáveis, razão pela qual se torna tão lento.

Não se pode generalizar o que a pesquisa apresentou, mas hoje há ferramentas que devem ser discutidas para que a educação atinja o seu verdadeiro objetivo, que é formar o aluno, e não apenas moldá-lo para uma necessidade momentânea.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, E. P. **Empregabilidade do profissional formado nos cursos superiores de tecnologia**: o caso das médias e grandes empresas da região norte do Paraná. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Unidade de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

ALMEIDA, F. **Organizações, pessoas e novas tecnologias**. Coimbra: Quarteto, 2002.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZEVEDO, M. M. **Competência na educação tecnológica**: uma proposta. 2005. 146 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia da Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de assuntos universitários. Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: MEC-DAU, 1974.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Estudos sobre a formação de Tecnólogos. Brasília: UFMT, 1977.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: SEMTEC, 2003.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: SETEC, 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Educação Profissional: Legislação Básica. 5. ed. Brasília: SEMTEC, 2001.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Grupo de Informações Documentárias. Cronologia da Legislação. Publicada em mar. 2005. Disponível em: <[HTTP://www.ceeteps.br/Produc%20Didatica/Internet_cronologia.pdf](http://www.ceeteps.br/Produc%20Didatica/Internet_cronologia.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2009.

COLENCI JÚNIOR, A. **Educação Tecnológica**: princípios e objetivos – uma abordagem sobre experiências nacionais, o caso do CEETEPS. In: CEETEPS (Org.). A nova educação profissional: seminário do Ensino Médio e da Educação Profissional, 7, 8 e 9 de novembro de 2000 – Livro de Resumos. São Paulo: CEETEPS, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Fundação de Apoio à Tecnologia, 2000.

_____, A. **Livre Pensar, é Só Criar**. 1. ed. São Paulo: Copydart, 2006.

GIROUX, H. **La escuela e la lucha por la cidadania**. Madrid: Siglo XXI, 1993.

GONÇALVES, R. **Educação Tecnológica e Empregabilidade**: Acompanhamento de egressos da FATEC-SP. 2007. 183f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Mestrado, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2007.

GOODSON, I. F. 2ª ed. **Currículo Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **Educação tecnológica**. In: GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999, p.25-73.

KLIEBARD, H. M. The Development of Certain Key Curriculum Issues in the United States. In: TAYLOR, P. H. & JOHNSON, M. (eds.). **Curriculum Development**: a Comparative Study. Windson, NFR, 1974, p. 169-183.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MACHADO, L. **O profissional Tecnólogo e sua Formação**. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA. 2006. 29p.

MARX, K. **O Capital**. O processo de produção do capital. Livro 2. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MATIAS, M. **Organização de Eventos**: procedimentos e técnicas. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEC. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 2009b. Disponível em: <http://catalogo.mec.gov.br/>. Acesso em 12/02/2009

_____. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 2009ª. Disponível em : <http://catalogonct.mec.gov.br/>. Acesso em 12/02/2009

MONTEIRO, R. **Entrevista**. Revista Rumo, São Paulo: RUMO, n.52, p.12-13, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rumovestibulares.com.br/Revista52.pdf>>. Acesso em 25 outubro 2008.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo: Questões atuais**. 6ª ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

_____, A. F. B. **O campo do currículo no Brasil**: os anos noventa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001.

_____, A.F.B.; SILVA T.T. (Orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade**.10ª. ed. São Paulo: Artmed, 2008.

PETEROSSO, H. G. **A gestão dos cursos de tecnologia**: rupturas e continuidades. Disponível em <http://www.redebrasileiradetransdisciplinaridade.net/file.php/1/Artigos_dos_membros_da_Nete/Trabalhos_apresentados_no_II_Congresso_Mundial/Artigo_Helena_Gemignani_Peterossi.doc>. Acesso em 29 mai 2008.

_____, H. G. **Educação e Mercado de Trabalho**: Análise Crítica dos Cursos de Tecnologia. São Paulo: Loyola, 1980.

_____, Helena.G. **Formação do professor para o ensino técnico**. São Paulo: Loyola, 1994.

PETEROSSI, Helena.G. **O Tecnólogo e o Mercado de Trabalho**: acompanhamento dos alunos egressos da FATEC-SP. São Paulo: Fundação de Apoio à Tecnologia, 1999. 165.p.

SACRISTAN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado; SCHILLING, Cláudia (Trad). Porto Alegre: Artes médica, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.

SILVA, T. T. **Quem escondeu o currículo oculto**. In Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

STENHOUSE, L. **La investigación como base de la enseñanza**. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

APÊNDICE

Principais Documentos Legais sobre Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal

Constituição Federal de 88

Capítulo III, seção I, trata da educação, trabalho e qualificações profissionais.

Leis

Lei Federal nº 4.024/61, estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira.

Lei Federal nº 5.540/68, trata da implantação de cursos superior de tecnologia.

Lei Federal nº 5.692/71, trata da formação mínima para o exercício do magistério.

Lei Federal nº 8.948/94, trata sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Lei Federal nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira.

Lei Federal nº 9.649/98, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Lei Federal nº 3.552/59, trata da criação de Escolas Técnicas Federais.

Lei Federal nº 8.670/93, trata da criação de Escolas Técnicas Federais.

Decretos

Decreto Federal nº 2.208/97, estabelece diretrizes e bases da educação brasileira.

Decreto Federal nº 2.306/97, trata sobre as autorizações para funcionamento dos cursos de educação tecnológica.

Decreto Federal nº 2.406/97, trata da criação de Centros Federais de Educação Tecnológica.

Decreto Federal nº 3.462/00, trata da autonomia dos CEFETs.

Decreto Federal nº 3.741/01, trata da autonomia dos Centros de Educação Tecnológica Privados.

Decreto Federal nº 5.773/06, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

Portarias

Portaria MEC nº 647/97, trata da implantação dos Centros de Educação Tecnológica.

Portaria MEC nº 2.267/97, estabelece diretrizes para a elaboração do projeto institucional para a implantação de CEFETs.

Portaria MEC nº 1.647/99, dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional.

Portaria MEC nº 064/01, define os procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional.

Pareceres

PARECER CNE/CEB nº 16/99, trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico

Parecer CNE/CEB nº 17/97, estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional.

Parecer CNE/CEB nº 436/01, trata das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

Parecer CFE nº 194/84, estabelece o curso superior de tecnologia como um curso de graduação.

Parecer CFE nº 993/87, estabelece o curso superior de tecnologia como um curso de graduação.

Parecer CFE nº 226/88, estabelece o curso superior de tecnologia como um curso de graduação.

Parecer CFE nº 910/88, estabelece o curso superior de tecnologia como um curso de graduação.

Parecer CNE/CES nº 1.051/00, estabelece o curso superior de tecnologia como um curso de graduação.

Resolução

Resolução CNE/CP nº 03/02, determina que não há currículo mínimo para a educação profissional e tecnológica, mas sim diretrizes curriculares.

Resolução Normativa nº 373, de 12/11/09, regulamenta os diplomados em cursos superiores de tecnologia.

Resolução Normativa nº 374, de 12/11/09, regulamenta os diplomados em cursos superiores de tecnologia.

ANEXOS

Pesquisa com os egressos dos cursos superiores de tecnologia – Ano 2005.

A conclusão do curso ajudou você a conseguir uma colocação no mercado de trabalho?

50% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que SIM e 50% disseram que NÃO.

27% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que SIM e 73% disseram que NÃO.

52% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que SIM e 48% disseram que NÃO.

Você pretende ingressar em uma pós graduação?

85% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que SIM e 15% disseram que NÃO.

94% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que SIM e 6% disseram que NÃO.

78% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que SIM e 22% disseram que NÃO.

Indique suas três atividades preferidas para os momentos de lazer

Dos alunos de Logística que responderam a pesquisa, 16% preferem ir ao cinema, 16% assistir TV, 6% ir ao teatro, 16% ler um livro, 11% assistir um show, 6% estar com a família, 6% ir à festas, 6% ir viajar, 6% praticar esportes e 11% descansar.

Dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa, 15% preferem ir ao cinema, 12% assistir TV, 6% ir ao teatro, 13% ler um livro, 9% assistir um show, 6% estar com a família, 7% ir à festas, 6% ir viajar, 5% praticar esportes e 21% outras formas.

Dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa, 22% preferem ir ao cinema, 12% assistir TV, 3% ir ao teatro, 5% ler um livro, 3% assistir um show, 12% estar com a família, 5% ir à festas, 7% ir viajar, 0% praticar esportes e 31% outras formas.

Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais?

Dos alunos de Logística que responderam a pesquisa, 14% se mantêm informado por jornais escritos, 14% por revistas, 57% pela televisão e 15% em outras formas.

Dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa, 37% se mantêm informado por jornais escritos, 13% por rádio, 43% pela televisão e 7% em outras formas.

Dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa, 37% se mantêm

informado por jornais escritos, 4% por rádio, 46% pela televisão e 13% em outras formas.

Você exerce alguma atividade remunerada atualmente?

100% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que SIM.

100% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que SIM.

100% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que SIM.

Qual é o tipo de empresa em que você trabalha?

23% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que trabalham em prestação de serviços; 22% na indústria; 9% em órgão público; 8% na área de transportes e 38% em outros tipos

56% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que trabalham em prestação de serviços; 14% na indústria; 3% em órgão público e 27% em outros tipos

46% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que trabalham em comércios; 23% na indústria; 9% em órgão público e 22% em outros tipos

Trabalha no departamento da área do curso?

53% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa que trabalham no departamento relacionado à área do curso.

49% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa que trabalham no departamento relacionado à área do curso.

46% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa que trabalham no departamento relacionado à área do curso.

Há quanto tempo você trabalha nesse departamento?

Os alunos de Logística responderam: 27% de 1 a 2 anos, 20% 2 a 3 anos, 19% 3 a 4 anos e 34% mais de 5 anos.

Os alunos de Marketing responderam: 27% menos de 1 ano, 4% de 1 a 2 anos, 17% 2 a 3 anos, 7% 3 a 4 anos e 45% mais de 5 anos.

Os alunos de Gestão em Recursos Humanos responderam: 33% menos de 1 ano, 19% de 1 a 2 anos, 9% 2 a 3 anos, 9% 3 a 4 anos e 30% mais de 5 anos.

Cargo que ocupa no local onde trabalha.

23% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa são diretores, 23% são gerentes, 39% são assistentes e 15% atuam em outros cargos.

7% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa são diretores, 44% são gerentes, 36% são assistentes e 13% atuam em outros cargos.

5% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa são diretores, 27% são gerentes, 51% são assistentes e 17% atuam em outros cargos.

Renda própria mensal, em salários mínimos:

14% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa recebem de 1 a 3 salários, 14% de 3 a 6, 43% de 6 a 9 e 29% não respondeu a pesquisa.

7% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa recebem de 1 a 3 salários, 17% de 3 a 6, 7% de 6 a 9, 7% de 9 a 12, 10% de 12 a 15, 23% acima de 15 salários e 29% não respondeu a pesquisa.

23% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa recebem de 1 a 3 salários, 32% de 3 a 6, 23% de 6 a 9, 5% de 9 a 12, 17% acima de 15 salários.

Pesquisa com os egressos dos cursos superiores de tecnologia – Ano 2007.

A conclusão do curso ajudou você a conseguir uma colocação no mercado de trabalho?

36% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que SIM e 64% disseram que NÃO.

33% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que SIM e 67% disseram que NÃO.

55% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que SIM e 45% disseram que NÃO.

Você pretende ingressar em uma pós graduação?

100% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que SIM.

93% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que SIM e 7% disseram que NÃO.

84% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que SIM e 16% disseram que NÃO.

Indique suas três atividades preferidas para os momentos de lazer

Dos alunos de Logística que responderam a pesquisa, 26% preferem ir ao cinema, 17% assistir TV, 10% ir ao teatro, 0% ler um livro, 6% assistir um show, 13% estar com a família, 0% ir à festas, 7% ir viajar, 0% praticar esportes, 11% descansar, 10% acessar a Internet.

Dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa, 29% preferem ir ao cinema, 14% assistir TV, 7% ir ao teatro, 12% ler um livro, 5% assistir um show, 7% estar com a família, 5% ir à festas, 5% ir viajar, 0% praticar esportes, 5% acessar a Internet e 11% outras formas.

Dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa, 18% preferem ir ao cinema, 10% assistir TV, 5% ir ao teatro, 9% ler um livro, 9% assistir um show, 10% estar com a família, 5% ir à festas, 7% ir viajar, 5% praticar esportes, 3% acessar a Internet e 19% outras formas.

Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais?

Dos alunos de Logística que responderam a pesquisa, 55% se mantém informado por jornais escritos e 45% pela televisão.

Dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa, 27% se mantém informado por jornais escritos, 7% por rádio e 66% pela televisão.

Dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa, 26% se mantém informado por jornais escritos, 10% por rádio, 55% pela televisão e 9% em outras formas.

Você exerce alguma atividade remunerada atualmente?

100% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que SIM.

100% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que SIM.

100% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que SIM.

Qual é o tipo de empresa em que você trabalha?

39% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa disseram que trabalham em prestação de serviços; 27% na indústria; 9% na área de transportes e 23% em outros tipos

62% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa disseram que trabalham em prestação de serviços; 34% na indústria; 0% em órgão público e 4% em outros tipos

63% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa disseram que trabalham em comércios; 19% na indústria; 0% em órgão público e 18% em outros tipos

Trabalha no departamento da área do curso?

46% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa que trabalham no departamento relacionado à área do curso.

73% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa que trabalham no departamento relacionado à área do curso.

45% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa que trabalham no departamento relacionado à área do curso.

Há quanto tempo você trabalha nesse departamento?

Os alunos de Logística responderam: 27% menos de 1 ano, 9% de 1 a 2 anos, 18% 2 a 3 anos, 9% 3 a 4 anos e 37% mais de 5 anos.

Os alunos de Marketing responderam: 13% menos de 1 ano, 7% de 1 a 2 anos, 20% 2 a 3 anos, 13% 3 a 4 anos e 47% mais de 5 anos.

Os alunos de Gestão em Recursos Humanos responderam: 13% menos de 1 ano, 23% de 1 a 2 anos, 7% 2 a 3 anos, 7% 3 a 4 anos e 50% mais de 5 anos.

Cargo que ocupa no local onde trabalha.

9% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa são diretores, 9% são gerentes, 27% são assistentes e 55% atuam em outros cargos.

7% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa são diretores, 47% são gerentes, 40% são assistentes e 6% atuam em outros cargos.

10% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa são diretores, 30% são gerentes, 43% são assistentes e 17% atuam em outros cargos.

Renda própria mensal, em salários mínimos:

9% dos alunos de Logística que responderam a pesquisa recebem de 1 a 3 salários, 18% de 3

a 6, 18% de 6 a 9 e 18% de 9 a 12, 27% de 12 a 15 e 10% não respondeu a pesquisa.

7% dos alunos de Marketing que responderam a pesquisa recebem de 1 a 3 salários, 20% de 3 a 6, 33% de 6 a 9, 13% de 9 a 12, 0% de 12 a 15, 20% acima de 15 salários e 7% não respondeu a pesquisa.

16% dos alunos de Gestão em Recursos Humanos que responderam a pesquisa recebem de 1 a 3 salários, 19% de 3 a 6, 29% de 6 a 9, 7% de 9 a 12, 9% de 12 a 15, 6% acima de 15 salários e 14% não respondeu a pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

(Subsídio o Ato de RECONHECIMENTO)

Brasília, dezembro de 2008.

DIMENSAO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGOGICA

1	Dimensão: <i>Organização Didático-pedagógica</i>		
1.1	Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso : aspectos gerais (Fonte de consulta: PPC²³, PDI²⁰, DCNs³, entre outros)		
Indicador	Conceito	Critério de Análise	
1.1.1 Contexto educacional	1	Quando o Projeto Pedagógico do Curso – PPC não ¹⁶ considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local e a política institucional de expansão para a área ¹ tecnológica.	
	2	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local e a política institucional de expansão para a área tecnológica, de maneira insuficiente ¹³ .	
	3	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local e a política institucional de expansão para a área tecnológica, de maneira suficiente ²⁵ .	
	4	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local e a política institucional de expansão para a área tecnológica, de maneira plena ²¹ .	
	5	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local e a política institucional de expansão para a área tecnológica, de maneira excelente ¹⁰ .	

1.1.2 Objetivos do curso	1	Quando os objetivos do curso não expressam os compromissos institucionais de formação e de atendimento às demandas do setor produtivo da região.
	2	Quando os objetivos do curso estão insuficientemente definidos e expressam parcialmente os compromissos institucionais de formação e as demandas do setor produtivo da região.
	3	Quando os objetivos do curso estão definidos suficientemente , expressando os compromissos institucionais de formação tecnológica, bem como as demandas do setor produtivo da região.
	4	Quando os objetivos do curso estão plenamente definidos, expressando os compromissos institucionais de formação tecnológica e humana, bem como as demandas do setor produtivo da região.
	5	Quando os objetivos do curso estão definidos de forma excelente , expressando os compromissos institucionais de formação integral, tecnológica, humana e científica, bem como as demandas do setor produtivo da região.

1.1.3 Perfil profissional do egresso	1	Quando o perfil profissional do egresso proposto não está implantado e/ou não relaciona as competências profissionais tecnológicas aos objetivos e ao eixo tecnológico do curso.
	2	Quando o perfil profissional do egresso está insuficientemente implantado, relacionando de forma parcialmente coerente as competências profissionais tecnológicas aos objetivos e ao eixo tecnológico do curso.
	3	Quando o perfil profissional do egresso está suficientemente implantado, relacionando de forma coerente as competências profissionais tecnológicas aos objetivos e ao eixo tecnológico do curso.
	4	Quando o perfil profissional do egresso está plenamente implantado, relacionando de forma coerente as competências profissionais tecnológicas aos objetivos e ao eixo tecnológico do curso.
	5	Quando o perfil profissional do egresso está implantado de forma excelente , relacionando coerentemente as competências profissionais tecnológicas aos objetivos e ao eixo tecnológico do curso.

1.1.4 Número de Vagas	1	Quando o número de vagas autorizado e ofertado não corresponde à dimensão do corpo docente e/ou à infra-estrutura da Instituição de Educação Superior - IES ¹² no âmbito do curso.
	2	Quando o número de vagas autorizado e ofertado corresponde de forma insuficiente à dimensão do corpo docente e às condições de infra-estrutura da IES no âmbito do curso.
	3	Quando o número de vagas autorizado e ofertado corresponde suficientemente à dimensão do corpo docente e às condições de infra-estrutura da IES no âmbito do curso.
	4	Quando o número de vagas autorizado e ofertado corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e às condições de infra-estrutura da IES no âmbito do curso.
	5	Quando o número de vagas autorizado e ofertado corresponde de forma excelente à dimensão do corpo docente e às condições de infra-estrutura da IES no âmbito do curso.

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Projeto pedagógico do curso: aspectos gerais**

1	Dimensão: Organização Didático-pedagógica	
1.2	Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso: formação (Fontes de consulta: PPC e DCNs)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2.1 Estrutura curricular	1	Quando a estrutura curricular do curso não possui flexibilidade (certificação por módulos ¹⁴ ou aproveitamento de competências), contextualização, interdisciplinaridade ¹⁴ , atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
	2	Quando a estrutura curricular do curso possui insuficientes flexibilidade (certificação por módulos ¹⁵ ou aproveitamento de competências), contextualização, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
	3	Quando a estrutura curricular do curso possui suficientes flexibilidade (certificação por módulos ou aproveitamento de competências), contextualização, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática, possibilitando a aquisição de competências profissionais, a compreensão do processo tecnológico e incentivando o desenvolvimento da capacidade empreendedora.
	4	Quando a estrutura curricular do curso possui plena flexibilidade (certificação por módulos e aproveitamento de competências), contextualização, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática, possibilitando a aquisição de competências profissionais, a compreensão do processo tecnológico e incentivando o desenvolvimento da capacidade empreendedora.
	5	Quando a estrutura curricular do curso possui excelente flexibilidade (certificação por módulos e aproveitamento de competências), contextualização, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática, possibilitando a aquisição de competências profissionais, a compreensão do processo tecnológico e incentivando o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

1.2.2 Conteúdos curriculares (imprescindível)	1	Quando os conteúdos curriculares (ementas ou competências) implantados são desatualizados e/ou incoerentes com o perfil profissional, com as competências tecnológicas do egresso e com as cargas horárias.
	2	Quando os conteúdos curriculares (ementas ou competências) implantados são insuficientemente atualizados e/ou coerentes com o perfil profissional, com as competências tecnológicas do egresso e com as cargas horárias.
	3	Quando os conteúdos curriculares (ementas ou competências) implantados são atualizados e suficientemente coerentes com o perfil profissional, com as competências tecnológicas do egresso e com as cargas horárias.
	4	Quando os conteúdos curriculares (ementas ou competências) implantados são atualizados e plenamente coerentes com o perfil profissional, com as competências tecnológicas do egresso e com as cargas horárias.

	5	Quando os conteúdos curriculares (ementas ou competências) implantados são atualizados e coerentes com o perfil profissional de forma excelente , com as competências tecnológicas do egresso e com as cargas horárias.
--	---	--

1.2.3 Metodologia	1	Quando a metodologia do curso não está implantada ou não está comprometida com a interdisciplinaridade e contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	2	Quando a metodologia do curso está implantada e insuficientemente comprometida com a interdisciplinaridade e contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	3	Quando a metodologia do curso está implantada e suficientemente comprometida com a interdisciplinaridade e contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	4	Quando a metodologia do curso está implantada e plenamente comprometida com a interdisciplinaridade e contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	5	Quando a metodologia do curso está implantada e comprometida com a interdisciplinaridade e contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos de forma excelente .

1.2.4 Atendimento ao discente	1	Quando o curso não possui programa sistemático de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e de atividades de nivelamento.
	2	Quando o curso possui programa insuficiente de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e de atividades de nivelamento.
	3	Quando o curso possui programa sistemático suficiente de atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e de atividades de nivelamento.
	4	Quando o curso possui programa sistemático de pleno atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e de atividades de nivelamento.
	5	Quando o curso possui programa sistemático de excelente atendimento extraclasse, de apoio psicopedagógico ao discente e de atividades de nivelamento.

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Projeto pedagógico do curso: formação**

--

Dimensão 1 – Organização Didático-pedagógica

Relato global da dimensão pelos avaliadores: **Organização didático-pedagógica**

--

DIMENSAO 2: CORPO DOCENTE

2	Dimensão: <i>Corpo Docente</i>		
2.1	Categoria de análise: Administração Acadêmica (Fontes de consulta: PPC, PDI e demais documentos institucionais)		
Indicador	Conceito	Critério de Análise	
2.1.1	Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE ¹⁷	1	Quando não há NDE .
		2	Quando o NDE é composto por menos de 30% dos docentes, e/ou a maioria destes participa insuficientemente na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.
		3	Quando o NDE é composto por, pelo menos, 30% dos docentes, sendo que a maioria destes participa suficientemente na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.
		4	Quando o NDE é composto por, pelo menos, 30% dos docentes, sendo que todos eles participam plenamente na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.
		5	Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes, sendo que todos eles participam na implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de forma excelente .

2.1.2	Titulação do NDE	1	Quando menos de 40% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ²⁴ ou , pelo menos, um docente que compõe o NDE tem apenas graduação.
		2	Quando, pelo menos, 40% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].
		3	Quando, pelo menos, 60% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e menos de 30% são doutores ⁸ . [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].
		4	Quando, pelo menos, 80% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, entre 30% (inclusive) e 50% (exclusive) são doutores. [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].
		5	Quando 100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos, 50% são doutores. [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].

2.1.3 Experiência profissional do NDE	1	Quando menos de 15% do NDE possui experiência profissional fora do magistério de, no mínimo, dois (02) anos.
	2	Quando entre 15% (inclusive) e 30% (exclusive) possui experiência profissional fora do magistério de, no mínimo, dois (02) anos.
	3	Quando entre 30% (inclusive) e 50% (exclusive) do NDE possui experiência profissional fora do magistério de, no mínimo, dois (02) anos.
	4	Quando entre 50% (inclusive) e 70% (exclusive) do NDE possui experiência profissional fora do magistério de, no mínimo, dois (02) anos.
	5	Quando pelo menos, 70% do NDE possui experiência profissional fora do magistério de, no mínimo, dois (02) anos.

2.1.4 Regime de trabalho do NDE	1	Quando menos de 60% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	2	Quando entre 60% (inclusive) e 100% (exclusive) dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	3	Quando 100% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e menos de 25% têm contrato de tempo integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	4	Quando 100% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, do conjunto destes, entre 25% (inclusive) e 50% (exclusive) em tempo integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	5	Quando 100% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo parcial ou integral e, do conjunto destes, pelo menos, 50% em tempo integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].

2.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso	1	Quando o coordenador não possui experiência de magistério superior ou de gestão acadêmica, ou é apenas graduado.
	2	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto ou lato sensu</i> ⁹ e experiência de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, menor que três (3) anos.
	3	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>lato sensu</i> e experiência de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, de, no mínimo, três (3) anos.
	4	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e experiência de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, de, no mínimo, quatro (4) anos.

	5	Quando o coordenador possui graduação no curso, titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e experiência de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, de, no mínimo, cinco (5) anos.
--	---	--

2.1.6 Regime de trabalho do coordenador do curso	1	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral e o número de vagas do curso dividido pelo número de horas semanais de trabalho do coordenador no curso é maior que 22; ou se o coordenador do curso for horista.
	2	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral e o número de vagas do curso dividido pelo número de horas semanais de trabalho do coordenador no curso é for maior que 16 e menor ou igual a 22.
	3	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral e o número de vagas do curso dividido pelo número de horas semanais de trabalho do coordenador no curso é maior que 11 e menor ou igual a 16.
	4	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral e o número de vagas do curso dividido pelo número de horas semanais de trabalho do coordenador no curso é maior que 7 e menor ou igual a 11.
	5	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral e o número de vagas do curso dividido pelo número de horas semanais de trabalho do coordenador no curso é menor ou igual a 7.

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Administração acadêmica.**

--

2	Dimensão: Corpo Docente	
2.2	Categoria de análise: Perfil dos Docentes (Fontes de consulta: PPC e documentação própria da IES)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2.1 Titulação do corpo docente (imprescindível)	1	Quando menos de 30% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ou , pelo menos, um docente tem apenas graduação.
	2	Quando, pelo menos, 30% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e menos de 15% do total dos docentes é de doutores [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].

	3	Quando, pelo menos, 30% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e pelo menos 15% do total dos docentes é de doutores [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].
	4	Quando entre 45% (inclusive) e 60% (exclusive) dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e pelo menos 22,5% do total dos docentes é de doutores [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].
	5	Quando, pelo menos, 60% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e pelo menos 30% do total dos docentes é de doutores [Observar o disposto no critério de análise 1 a respeito de professor graduado].

2.2.2 Regime de trabalho do corpo docente (imprescindível)	1	Quando menos de 15% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	2	Quando, pelo menos, 15% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral. [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	3	Quando, pelo menos, 30% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e pelo menos 15% do total dos docentes em tempo integral . [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	4	Quando, pelo menos, 45% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e pelo menos 22,5% do total dos docentes em tempo integral . [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].
	5	Quando, pelo menos, 60% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e pelo menos 30% do total dos docentes em tempo integral . [Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso].

2.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou experiência na educação profissional	1	Quando menos de 40% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas, de, no mínimo, três (3) anos .
	2	Quando entre 40% (inclusive) e 50% (exclusive) dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas, de, no mínimo, três (3) anos .
	3	Quando entre 50% (inclusive) e 60% (exclusive) dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas, de, no mínimo, três (3) anos .
	4	Quando entre 60% (inclusive) e 70% (exclusive) dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas, de, no mínimo, três (3) anos .
	5	Quando, pelo menos, 70% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas, de, no mínimo, três (3) anos .

2.2.4 Tempo de	1	Quando menos de 40% dos docentes do curso têm, pelo menos, três (3) anos de experiência profissional.
----------------	---	---

experiência profissional do corpo docente (fora do magistério)	2	Quando entre 40% (inclusive) e 50% (exclusive) dos docentes do curso têm, pelo menos, três (3) anos de experiência profissional.
	3	Quando entre 50% (inclusive) e 60% (exclusive) dos docentes do curso têm pelo menos, três (3) anos de experiência profissional.
	4	Quando entre 60% (inclusive) e 70% (exclusive) dos docentes do curso têm pelo menos, quatro (4) anos de experiência profissional.
	5	Quando pelo menos 70% dos docentes do curso têm, pelo menos, cinco (5) anos de experiência profissional.

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Perfil dos docentes**

--

2	Dimensão: <i>Corpo Docente</i>	
2.3	Categoria de análise: Condições de Trabalho (Fontes de consulta: PDI e Termos de Compromisso assinados pelos docentes com a IES)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3.1 Número de alunos por docente equivalente a tempo integral ¹⁸	1	Quando o número de vagas dividido pelo número docente equivalente a tempo integral⁷ é superior a 35 .
	2	Quando o número de vagas dividido pelo número docente equivalente a tempo integral está entre 30 (exclusive) e 35 (inclusive) .
	3	Quando o número de vagas dividido pelo número docente equivalente a tempo integral está entre 25 (exclusive) e 30 (inclusive) .
	4	Quando o número de vagas dividido pelo número docente equivalente a tempo integral está entre 20 (exclusive) e 25 (inclusive) .
	5	Quando o número de vagas dividido pelo número docente equivalente a tempo integral é, no máximo, de 20 .

2.3.2 Número de alunos por turma em disciplina ⁴ teórica	1	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com mais de 80 alunos por turma.
	2	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com 60 (exclusive) a 80 (inclusive) alunos por turma.
	3	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com 50 (exclusive) a 60 (inclusive) alunos por turma.
	4	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com 40 (exclusive) a 50 (inclusive) alunos por turma.
	5	Quando são ministradas todas as disciplinas teóricas com, no máximo, 40 alunos por turma.

2.3.3 Pesquisa, produção científica ²² e tecnológica	1	Quando não há o desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica ¹¹ , com participação de estudantes.
	2	Quando há no curso insuficiente desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica, com participação de estudantes.
	3	Quando há no curso suficiente desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica, com participação de estudantes.
	4	Quando há no curso pleno desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica, com participação de estudantes; e quando os docentes têm, em média, nos últimos três (3) anos , pelo menos, uma produção por docente .
	5	Quando há no curso excelente desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica, com participação de estudantes; e quando os docentes têm, em média, nos últimos três (3) anos , pelo menos, duas (2) produções por docente .

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Condições de trabalho.**

--

Dimensão 2 – Corpo Docente

Relato global da dimensão pelos avaliadores: **Corpo docente.**

--

DIMENSÃO 3: INSTALAÇÕES FÍSICAS

3	Dimensão: Instalações Físicas	
3.1	Categoria de análise: Instalações Gerais (Fontes de consulta: Decreto 5.296/2004 e PDI)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1.1 Sala de professores e	1	Quando não há instalações para docentes (salas de professores, de reuniões).

3	Dimensão: Instalações Físicas	
3.1	Categoria de análise: Instalações Gerais (Fontes de consulta: Decreto 5.296/2004 e PDI)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
sala de reuniões	2	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão insuficientemente equipadas segundo a finalidade ou atendem, insuficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida.
	3	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, suficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida.
	4	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida.
	5	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida de forma excelente .

3.1.2 Gabinetes de trabalho para professores	1	Quando o curso não oferece gabinete de trabalho.
	2	Quando o curso oferece gabinete de trabalho apenas para o coordenador do curso .
	3	Quando o curso oferece gabinete de trabalho equipado para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE , segundo a finalidade (computador conectado à internet, imprescindível).
	4	Quando o curso oferece gabinete de trabalho equipado para o coordenador do curso , para os integrantes do NDE e docentes em tempo integral ⁵ , segundo a finalidade (computador conectado à internet, imprescindível).
	5	Quando o curso oferece gabinete de trabalho equipado para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE , docentes em tempo integral e docentes em tempo parcial ⁶ , segundo a finalidade (computador conectado à internet, imprescindível).

3.1.3 Salas de aula	1	Quando as salas de aula são, em todos os sentidos, precárias .
	2	Quando as salas de aula estão insuficientemente equipadas segundo a finalidade, ou atendem, insuficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	3	Quando as salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, suficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

	4	Quando as salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, plenamente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	5	Quando as salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta de forma excelente .

3.1.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	1	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um (1) terminal para mais de 45 alunos , considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	2	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um (1) terminal para a faixa de 35 alunos (exclusive) e 45 alunos (inclusive) , considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	3	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um (1) terminal para a faixa de 25 alunos (exclusive) e 35 alunos (inclusive) , considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	4	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um (1) terminal para a faixa de 15 alunos (exclusive) a 25 alunos (inclusive) , considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	5	Quando o curso disponibiliza laboratório(s) de informática com acesso à internet, na proporção de um (1) terminal para até 15 alunos , considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Instalações gerais.**

--

3	Dimensão: Instalações físicas	
3.2	Categoria de análise: Biblioteca (Fonte de consulta: PPC e PDI)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2.1 Livros da bibliografia básica (imprescindível)	1	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze (15) alunos previstos para cada turma, e/ou não está atualizado e/ou tombado junto ao patrimônio da IES.

	2	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de 10 alunos (exclusive) até 15 alunos (inclusive) previstos para cada turma, e não está adequadamente atualizado ou tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de 8 alunos (exclusive) até 10 alunos (inclusive) previstos para cada turma, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de 6 alunos (exclusive) até 8 alunos (inclusive) previstos para cada turma, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 títulos) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para até seis (6) alunos previstos para cada turma, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

3.2.2 Livros da bibliografia complementar	1	Quando o acervo não atende às indicações bibliográficas complementares referidas nos programas das disciplinas.
	2	Quando o acervo atende, insuficientemente , às indicações bibliográficas complementares referidas nos programas das disciplinas, com pelo menos dois (2) exemplares de cada título.
	3	Quando o acervo atende, suficientemente , às indicações bibliográficas complementares referidas nos programas das disciplinas, com pelo menos dois (2) exemplares de cada título.
	4	Quando o acervo atende, plenamente , às indicações bibliográficas complementares referidas nos programas das disciplinas, com pelo menos dois (2) exemplares de cada título.
	5	Quando o acervo atende, de forma excelente , às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas, com pelo menos dois (2) exemplares de cada título.

3.2.3 Periódicos especializados, indexados e correntes ¹⁹	1	Quando não há assinatura de periódicos especializados.
	2	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, não atendem às principais áreas temáticas do curso.
	3	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas do curso em quantidade suficiente.
	4	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo plenamente as principais áreas temáticas do curso.
	5	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo, de forma excelente , as principais áreas temáticas do curso.

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Biblioteca**

--

3	Dimensão: Instalações Físicas	
3.3	Categoria de análise: Instalações e Laboratórios Específicos (Fonte de consulta: PDI, PPC, etc.)	
Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3.1 Laboratórios especializados	1	Quando os laboratórios especializados não estão implantados.
	2	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade insuficiente .
	3	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade suficiente .
	4	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade plenamente adequada .
	5	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade de forma excelente .

3.3.2 Infra-estrutura e serviços dos laboratórios especializados	1	Quando os espaços, equipamentos e serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios são precários em todos os sentidos.
	2	Quando os espaços, equipamentos e serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem de forma insuficiente às atividades desenvolvidas.
	3	Quando os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem, suficientemente , às atividades desenvolvidas.
	4	Quando os espaços, equipamentos e serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem, plenamente , às atividades desenvolvidas.
	5	Quando os espaços, equipamentos e serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem às atividades desenvolvidas de forma excelente .

Relato global da categoria de análise pelos avaliadores: **Instalações e laboratórios específicos.**

--

Dimensão 3 – Instalações Físicas

Relato global da dimensão **Instalações físicas** pelos avaliadores

--

REQUISITOS LEGAIS

Estes itens são essencialmente regulatórios, por isso não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores apenas farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição para que o **Ministério da Educação**, de posse dessa informação, possa tomar as decisões regulatórias cabíveis. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de atendimento obrigatório.

Dispositivo legal	Explicitação do dispositivo	Sim	Não	Não se aplica
1 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Tecnológicas (Resolução CNE/CP nº 3/2002)	O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia?			
2 Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa nº 12/2006)	A denominação do curso está adequada ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?			
3 Carga horária mínima - Catálogo Nacional dos CST² – (Portaria nº 1024/2006; Resolução CNE/CP nº 3 18/12/2002)	Desconsiderando a carga horária do estágio profissional supervisionado e do trabalho de conclusão, o PPC possui carga horária igual ou superior ao previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?			
4 Denominação de Curso experimental devidamente validado pelo MEC.	A denominação proposta pela IES atende consulta prévia de oferta em caráter experimental?			
5 Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)	A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?			

Considerações finais da comissão de avaliadores

--

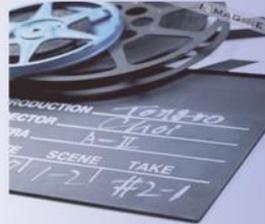
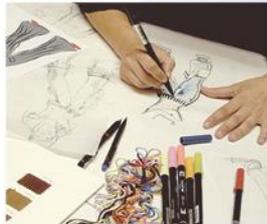
GLOSSÁRIO

1 - Area	Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber.
2 - Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia - CST	O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia organiza e orienta a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual. Neste documento, constam as denominações, o sumário de perfil do egresso, carga horária mínima e infra-estrutura recomendada de 98 graduações tecnológicas organizadas em 10 eixos tecnológicos.
3 - Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs	São normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação que asseguram a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das IES na elaboração dos Projetos Pedagógicos de seus cursos. As DCNs têm origem na LDB e constituem referenciais para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos, possibilitando definir múltiplos perfis profissionais e privilegiando as competências e habilidades a serem desenvolvidas (Parecer CNE/CES 67/2003). Os currículos dos cursos devem apresentar coerência com as DCNs no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação teoria e prática, assim como aos conteúdos obrigatórios, à distribuição da carga horária entre os núcleos de formação geral/básica e profissional, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional.
4 - Disciplina/Unidade curricular	Parte do conteúdo curricular necessária para formação acadêmica.
5 - Docentes em tempo integral	O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). Observação: Nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que, pelo menos, 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.
6 - Docentes em tempo parcial	Docentes contratados com doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
7 - Docentes equivalentes a tempo integral	Somatório das horas semanais alocadas ao curso dos docentes previstos, dividido por quarenta (40). Observação: No caso de acordos coletivos com definição de tempo integral diferente de 40 horas, a fórmula deve ser adequada à situação (exemplo: se o acordo coletivo prevê 36 horas semanais, o somatório das horas semanais alocadas ao curso deverá ser dividido por 36).

8 - Doutorado	Segundo nível da pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Nos processos de avaliação, somente serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> , reconhecidos pela CAPES, ou títulos revalidados por universidades brasileiras.
9 - Especialização (Pós-graduação <i>lato sensu</i>)	Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, e, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).
10 - Excelente - (Nível 5 dos indicadores qualitativos)	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo excelente qualifica um fenômeno ou uma situação como merecedora de notoriedade, distinção e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível pleno equivale ao patamar de qualidade máximo, ou seja, 100%.
11 - Inovação tecnológica	Entende-se por inovação tecnológica a criação de um novo produto ou a transformação significativa de um produto já existente.
12 - Instituição de Educação Superior – IES	São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis tecnológico, graduação, pós-graduação e extensão.
13 - Insuficiente/insuficientemente (Nível 2 dos indicadores qualitativos)	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo insuficiente ou o advérbio insuficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível inferior ao limite mínimo de aprovação. Embora o fenômeno ou a situação não sejam completamente destituídos de mérito ou qualidade, o patamar atingido não é, entretanto, satisfatório. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível insuficiente atinge o mínimo de 25%.
14 - Interdisciplinaridade	É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.
15 - Módulos	Conjunto estruturado de um conteúdo específico que engloba materiais, atividades e exercícios projetados para alcançar determinados objetivos de ensino-aprendizagem.
16 - Não existe - (Nível 1 dos indicadores qualitativos)	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo precário ou os advérbios não/precariamente qualificam um fenômeno ou uma situação como precários, destituídos ou quase destituídos de mérito ou qualidade. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível precário fica aquém dos 25%.
17 - Núcleo Docente Estruturante - NDE	Conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

18 - Números de alunos por docente equivalente em tempo integral.	Nas autorizações, relação derivada da soma das vagas previstas para os 2 (ou 3, no caso do curso de Medicina) primeiros anos do curso, dividida pelo número de docentes equivalentes a tempo integral. Nos reconhecimentos ou renovação de reconhecimento, relação derivada da soma dos alunos do curso, dividida pelo número de docentes equivalentes em tempo integral.
19 - Periódicos especializados, indexados e correntes	Produções especializadas, ordenadas por índice, conforme regra específica.
20 - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, à sua estrutura organizacional, ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infra-estrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios, e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Decreto nº 5.773/06).
21 - Pleno/ Plenamente (Bom) - Nível 4 dos indicadores qualitativos	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo pleno ou o advérbio plenamente qualificam um fenômeno ou uma situação acima da média, merecedora de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível adequado atinge o mínimo de 75%.
22 - Produção científica	Considerar como produção científica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada e produções técnicas relevantes.
23 - Projeto Pedagógico de Curso - PPC	É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.
24 - Stricto Sensu	Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado.
25 - Suficiente/Suficientemente (Regular) -Nível 3 dos indicadores qualitativos	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo suficiente ou o advérbio suficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível satisfatório, ou seja, que ultrapassa o limite mínimo de aprovação. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível suficiente atinge o mínimo de 50%.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA (SUBSIDIA O ATO DE RECONHECIMENTO)



Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES

Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos e de Instituições de Educação Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES

**Instrumento de Avaliação de
Cursos Superiores de Tecnologia**
(subsídio o ato de Reconhecimento)

Brasília, março de 2010.

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica	5
1.1 Projeto Pedagógico do Curso: aspectos gerais.....	5
1.2 Projeto Pedagógico do Curso: formação.....	7
Dimensão 2: Corpo Docente.....	9
2.1 Administração Acadêmica	9
2.2 Perfil dos Docentes	12
2.3 Condições de Trabalho	13
Dimensão 3: Instalações Físicas	15
3.1 Instalações Gerais.....	15
3.2 Biblioteca.....	17
3.3 Instalações e Laboratórios Específicos	18
Requisitos legais.....	19
Considerações finais da comissão de avaliadores	19
Glossário.....	20

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**1 Dimensão: Organização Didático-Pedagógica****1.1 Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso**

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1.1 Contexto Educacional	1	Quando o Projeto Pedagógico do Curso – PPC não ¹⁷ considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local, a política institucional de expansão para a área ² tecnológica, bem como a implementação das políticas institucionais do PDI ²¹ para o curso.
	2	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local, a política institucional de expansão para a área ² tecnológica, bem como a implementação das políticas institucionais do PDI para o curso de maneira insuficiente ¹⁴ .
	3	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local, a política institucional de expansão para a área ² tecnológica, bem como a implementação das políticas institucionais do PDI para o curso de maneira suficiente ²⁶ .
	4	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local, a política institucional de expansão para a área ² tecnológica, bem como a implementação das políticas institucionais do PDI para o curso de maneira plena ²² .
	5	Quando o PPC considera o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a população do ensino médio e técnico local, a política institucional de expansão para a área ² tecnológica, bem como a implementação das políticas institucionais do PDI para o curso de maneira excelente ¹¹ .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1.2 Autoavaliação	1	Quando não foram implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa (ENADE e outros).
	2	Quando foram insuficientemente implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa (ENADE e outros).
	3	Quando foram suficientemente implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa (ENADE e outros).
	4	Quando foram plenamente implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa (ENADE e outros).
	5	Quando foram implementadas de maneira excelente ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa (ENADE e outros).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1.3 Objetivos do Curso	1	Quando os objetivos do curso não expressam os compromissos institucionais de formação e de atendimento às demandas do setor produtivo da região.
	2	Quando os objetivos do curso expressam insuficientemente os compromissos institucionais de formação e as demandas do setor produtivo da região.
	3	Quando os objetivos do curso expressam suficientemente os compromissos institucionais de formação tecnológica, bem como as demandas do setor produtivo da região.
	4	Quando os objetivos do curso estão expressam de forma plena os compromissos institucionais de formação tecnológica e humana, bem como as demandas do setor produtivo da região.
	5	Quando os objetivos do curso expressam de forma excelente os compromissos institucionais de formação tecnológica e humana, bem como as demandas do setor produtivo da região.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1.4 Perfil Profissional do Egresso <i>(indicador de destaque)</i>	1	Quando o perfil profissional do egresso não expressa as competências profissionais tecnológicas do egresso do curso.
	2	Quando o perfil profissional do egresso expressa insuficientemente as competências profissionais tecnológicas do egresso do curso.
	3	Quando o perfil profissional do egresso expressa suficientemente as competências profissionais tecnológicas do egresso do curso.
	4	Quando o perfil profissional do egresso expressa plenamente as competências profissionais tecnológicas do egresso do curso.
	5	Quando o perfil profissional do egresso expressa de forma excelente as competências profissionais tecnológicas do egresso do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1.5 Número de Vagas	1	Quando a média do número de vagas ofertadas ²⁸ nos últimos dois anos não corresponde à dimensão do corpo docente ou à infraestrutura da Instituição de Educação Superior - IES ¹³ no âmbito do curso.
	2	Quando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos corresponde insuficientemente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES no âmbito do curso.
	3	Quando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos corresponde suficientemente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES no âmbito do curso.
	4	Quando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES no âmbito do curso.
	5	Quando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos corresponde, de forma excelente, à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES no âmbito do curso.

1.2 Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso: formação (fontes de consulta: PPC e DCNs)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2.1 Estrutura Curricular	1	Quando a estrutura curricular do curso não apresenta flexibilidade, interdisciplinaridade ¹⁵ , atualização com o mundo do trabalho e não possibilita articulação da teoria com a prática.
	2	Quando a estrutura curricular do curso apresenta insuficientes flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
	3	Quando a estrutura curricular do curso apresenta suficientes flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
	4	Quando a estrutura curricular do curso apresenta plenas flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
	5	Quando a estrutura curricular do curso apresenta excelentes flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2.2 Conteúdos Curriculares (<i>indicador de destaque</i>)	1	Quando os conteúdos curriculares não possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos: competências tecnológicas do egresso e cargas horárias.
	2	Quando os conteúdos curriculares possibilitam insuficientemente o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos: competências tecnológicas do egresso e cargas horárias.
	3	Quando os conteúdos curriculares possibilitam suficientemente o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos: competências tecnológicas do egresso e cargas horárias.
	4	Quando os conteúdos curriculares possibilitam plenamente o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos: competências tecnológicas do egresso e cargas horárias.
	5	Quando os conteúdos curriculares possibilitam de forma excelente o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos: competências tecnológicas do egresso e cargas horárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2.3 Metodologia	1	Quando as práticas pedagógicas do curso não estão comprometidas com a interdisciplinaridade, com a contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	2	Quando as práticas do curso estão insuficientemente comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	3	Quando as práticas do curso estão suficientemente comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	4	Quando as práticas do curso estão plenamente comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
	5	Quando as práticas do curso estão comprometidas, de forma excelente , com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

1.2.4 Atendimento ao discente	1	Quando o curso não possui programas sistemáticos de atendimento ao discente, considerando os aspectos: atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
	2	Quando o curso possui programas insuficientes de atendimento ao discente, considerando os aspectos: atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
	3	Quando o curso possui programas sistemáticos de suficiente atendimento ao discente, considerando os aspectos: atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
	4	Quando o curso possui programas sistemáticos de pleno atendimento ao discente, considerando os aspectos: atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
	5	Quando o curso possui programas sistemáticos de excelente atendimento ao discente, considerando os aspectos: atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.

Relato global da **Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica**

Dimensão 2: CORPO DOCENTE**2 Dimensão: Corpo Docente****2.1 Categoria de análise: Administração Acadêmica**

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE ¹⁸	1	Quando não há NDE.
	2	Quando o NDE é composto por menos de cinco docentes ou a maioria destes participa insuficientemente da implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.
	3	Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por pelo menos cinco docentes, sendo que a maioria destes participa suficientemente da implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.
	4	Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por pelo menos cinco docentes, sendo que todos eles participam plenamente da implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.
	5	Quando o NDE é composto pelo coordenador do curso e por pelo menos cinco docentes, sendo que todos eles participam da implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.2 Titulação do NDE	1	Quando menos de 40% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ²⁵ .
	2	Quando de 40% a 59% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	3	Quando de 60% a 79% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	4	Quando de 80% a 99% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e destes, pelo menos 30% são doutores.
	5	Quando 100% do NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , e destes, pelo menos 50% são doutores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.3 Experiência profissional do NDE	1	Quando menos de 15% do NDE possui experiência profissional, no eixo tecnológico do curso, fora do magistério, de pelo menos dois anos.
	2	Quando de 15% a 29% do NDE possui experiência profissional, no eixo tecnológico do curso, fora do magistério, de pelo menos dois anos.
	3	Quando de 30% a 49% do NDE possui experiência profissional, no eixo tecnológico do curso, fora do magistério, de pelo menos dois anos.
	4	Quando de 50% a 69% do NDE possui experiência profissional relevante, no eixo tecnológico do curso, fora do magistério, de pelo menos dois anos.
	5	Quando, pelo menos, 70% do NDE possui experiência profissional relevante, no eixo tecnológico do curso, fora do magistério, de pelo menos dois anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.4 Regime de trabalho do NDE ¹⁸ <i>(Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso)</i>	1	Quando menos de 20% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo integral.
	2	Quando de 20% a 39% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo integral.
	3	Quando de 40% a 60% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo integral.
	4	Quando de 61% a 80% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo integral.
	5	Quando de acima de 80% dos docentes do NDE são contratados em regime de tempo integral.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso	1	Quando o coordenador não possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou <i>lato sensu</i> ¹⁰ , ou possui experiência profissional, no magistério superior, na educação profissional e na gestão acadêmica, somadas, de menos de dois anos.
	2	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou <i>lato sensu</i> e experiência profissional, no magistério superior, na educação profissional e na gestão acadêmica, somadas, de 2 a 3 anos incompletos.
	3	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou <i>lato sensu</i> e experiência profissional, no magistério superior, na educação profissional e na gestão acadêmica, somadas, de 3 a 4 anos incompletos.
	4	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ou <i>lato sensu</i> e experiência profissional, no magistério superior, na educação profissional e na gestão acadêmica, somadas, de 4 a 5 anos incompletos.
	5	Quando o coordenador possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e experiência profissional, no magistério superior, na educação profissional e na gestão acadêmica, somadas, de pelo menos cinco anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.6 Regime de trabalho do coordenador do curso.	1	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso não é de tempo parcial ou integral, ou o número de horas semanais dedicadas à coordenação é menor do que dez.
	2	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação não satisfazem a relação mínima de 1 hora para 30 vagas considerando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos, para além do patamar mínimo de dez horas semanais destinadas à coordenação.
	3	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação satisfazem a relação máxima de 1 hora para 30 vagas considerando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos, para além do patamar mínimo de dez horas semanais destinadas à coordenação.
	4	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação satisfazem a relação máxima de 1 hora para 24 vagas considerando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos, para além do patamar mínimo de dez horas semanais destinadas à coordenação.
	5	Quando o regime de trabalho do coordenador do curso é de tempo parcial ou integral, sendo que as horas reservadas à coordenação satisfazem a relação máxima de 1 hora para 18 vagas considerando a média do número de vagas ofertadas nos últimos dois anos, para além do patamar mínimo de dez horas semanais destinadas à coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1.7 Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	1	Quando o colegiado não está legalmente constituído.
	2	Quando o colegiado de curso está legalmente constituído, mas possui insuficiente participação nas decisões sobre assuntos académicos.
	3	Quando o colegiado está legalmente constituído e possui suficiente representatividade e participação nas decisões sobre assuntos académicos.
	4	Quando o colegiado está legalmente constituído e possui plena representatividade e participação nas decisões sobre assuntos académicos.
	5	Quando o colegiado está legalmente constituído e possui excelente representatividade e participação nas decisões sobre assuntos académicos.

2.2 Categoria de análise: Perfil dos Docentes

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2.1 Titulação do corpo docente (<i>indicador de destaque</i>)	1	Quando menos de 15% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ou pelo menos um docente tem apenas graduação.
	2	Quando de 15% a 29% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	3	Quando pelo menos 30% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	4	Quando pelo menos 60% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos 30% são doutores.
	5	Quando pelo menos 60% dos docentes do curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, pelo menos 50% são doutores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2.2 Regime de trabalho do corpo docente (<i>Considerar apenas as horas destinadas para as atividades da Mantida à qual pertence o curso</i>)	1	Quando menos de 15% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.
	2	Quando pelo menos 15% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral.
	3	Quando pelo menos 30% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e pelo menos 10% do total dos docentes são contratados em tempo integral.
	4	Quando pelo menos 45% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e pelo menos 20% do total dos docentes contratados em tempo integral.
	5	Quando pelo menos 60% dos docentes do curso são contratados em regime de tempo parcial ou integral e pelo menos 30% do total dos docentes são contratados em tempo integral.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou experiência na educação profissional (<i>Considerar ensino técnico e tecnológico</i>) (<i>indicador de destaque</i>)	1	Quando menos de 40% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas, de, no mínimo, três anos.
	2	Quando de 40% a 49% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas de, no mínimo, três anos.
	3	Quando de 50% a 59% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas de, no mínimo, três anos.
	4	Quando de 60% a 69% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas de, no mínimo, três anos.
	5	Quando pelo menos 70% dos docentes do curso têm experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional, somadas de, no mínimo, três anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2.4 Tempo de experiência profissional do corpo docente (fora do magistério).	1	Quando até 40% dos docentes do curso têm pelo menos três anos de experiência profissional.
	2	Quando entre 41% e 50% dos docentes do curso têm pelo menos três anos de experiência profissional.
	3	Quando entre 51% e 70% dos docentes do curso têm pelo menos três anos de experiência profissional.
	4	Quando entre 71% e 90% dos docentes do curso têm pelo menos três anos de experiência profissional.
	5	Quando mais de 90% dos docentes do curso têm pelo menos três anos de experiência profissional.

2.3 Categoria de análise: Condições de Trabalho

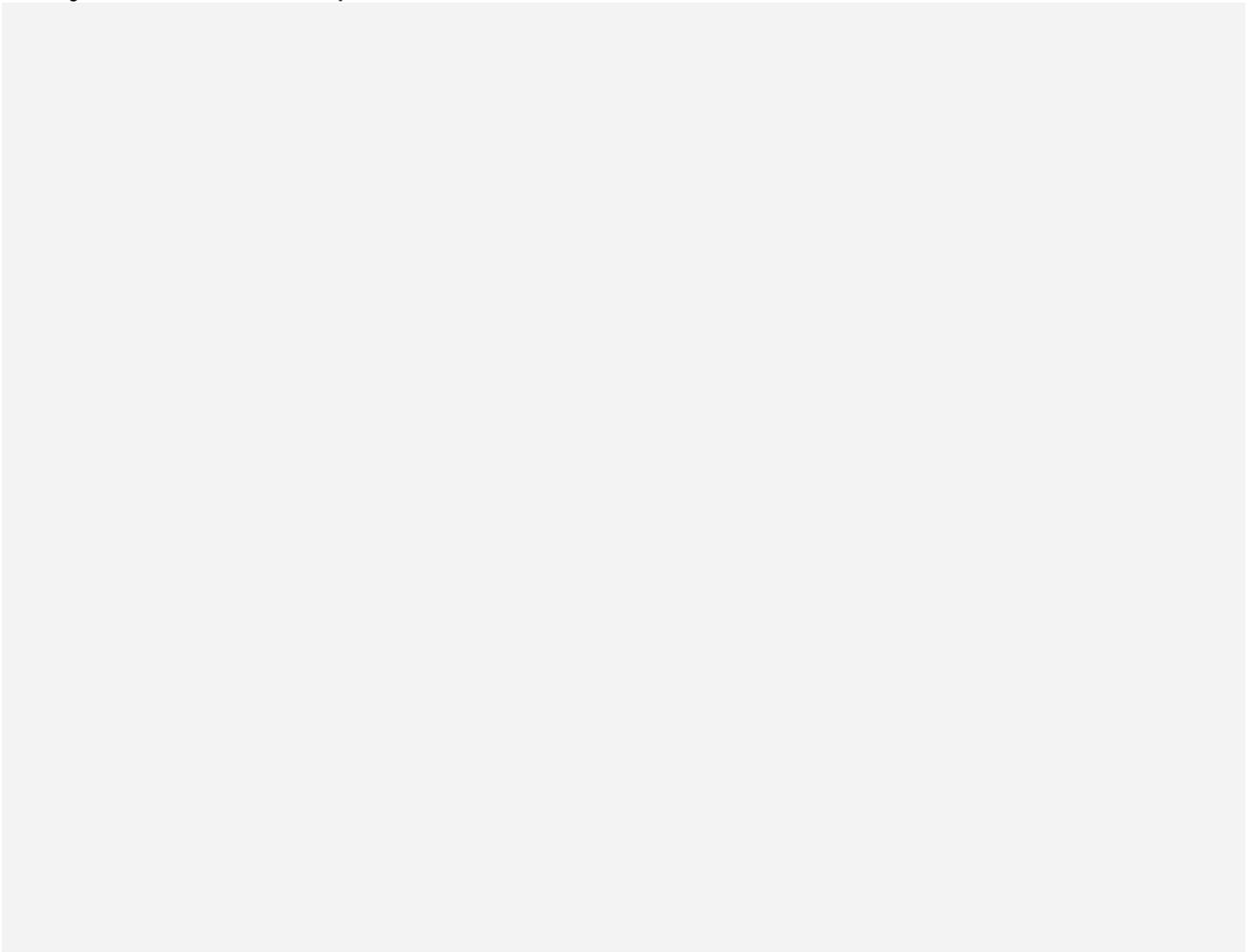
Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3.1 Número de alunos por <i>docente equivalente a tempo integral</i> ¹⁹	1	Quando a média do número de matrículas efetuadas nos últimos dois anos dividido pelo número <i>docente equivalente a tempo integral</i> ⁶ é superior a 34.
	2	Quando a média do número de matrículas efetuadas nos últimos dois anos dividido pelo número <i>docente equivalente a tempo integral</i> está entre 30 e 34.
	3	Quando a média do número de matrículas efetuadas nos últimos dois anos dividido pelo número <i>docente equivalente a tempo integral</i> está entre 25 e 29.
	4	Quando a média do número de matrículas efetuadas nos últimos dois anos dividido pelo número <i>docente equivalente a tempo integral</i> está entre 20 e 24.
	5	Quando o número de matrículas dividido pelo número <i>docente equivalente a tempo integral</i> é menor que 20.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3.2 Número de alunos por turma em disciplina ⁵ teórica.	1	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com mais de 80 alunos por turma.
	2	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com mais de 60 alunos por turma.
	3	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com mais de 50 alunos por turma.
	4	Quando é ministrada pelo menos uma disciplina teórica com mais de 40 alunos por turma.
	5	Quando são ministradas todas as disciplinas teóricas com, no máximo, 40 alunos por turma.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3.3 Número médio de disciplinas por docente.	1	Quando a média de disciplinas ministradas no curso, por docente, por semestre, nos últimos dois anos, for maior que 4.
	2	Quando a média de disciplinas ministradas no curso, por docente, por semestre, nos últimos dois anos, estiver entre 3,5 e 4,0.
	3	Quando a média de disciplinas ministradas no curso, por docente, por semestre, nos últimos dois anos, estiver entre 2,5 e 3,0.
	4	Quando a média de disciplinas ministradas no curso, por docente, por semestre, nos últimos dois anos, estiver entre 1,5 e 2,4.
	5	Quando a média de disciplinas ministradas no curso, por docente, por semestre, nos últimos dois anos, for menor que 1,5.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3.4 Pesquisa, produção científica ²³ e tecnológica.	1	Quando não há o desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica ¹² com participação de estudantes.
	2	Quando há no curso insuficiente desenvolvimento de pesquisa e de inovação tecnológica com participação de estudantes.
	3	Quando há no curso suficiente desenvolvimento de pesquisa e de inovação tecnológica com participação de estudantes.
	4	Quando há no curso pleno desenvolvimento de pesquisa e de inovação tecnológica com participação de estudantes e quando os docentes têm em média, nos últimos três anos, pelo menos uma produção por docente.
	5	Quando há no curso excelente desenvolvimento da pesquisa e de inovação tecnológica, com participação de estudantes, e quando os docentes têm em média, nos últimos três anos, pelo menos duas produções por docente.

Relato global da **Dimensão 2 – Corpo Docente**



Dimensão 3: INSTALAÇÕES FÍSICAS**3 Dimensão: Instalações Físicas****3.1 Categoria de análise: Instalações Gerais**

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1.1 Sala de professores e sala de reuniões	1	Quando não há instalações para docentes (salas de professores, sala de reuniões).
	2	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão insuficientemente equipadas segundo a finalidade ou atendem, insuficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida.
	3	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, suficientemente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida.
	4	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente , aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida.
	5	Quando as instalações para docentes (salas de professores e de reuniões) estão equipadas segundo a finalidade e atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1.2 Gabinetes de trabalho para professores	1	Quando o curso não oferece gabinete de trabalho.
	2	Quando o curso oferece gabinete de trabalho apenas para o coordenador do curso ou não há computadores conectados à internet.
	3	Quando o curso oferece gabinete de trabalho equipado para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE, com computadores conectados à internet.
	4	Quando o curso oferece gabinete de trabalho equipado para o coordenador do curso, para os integrantes do NDE e docentes em tempo integral ⁸ , com computadores conectados à internet.
	5	Quando o curso oferece gabinete de trabalho equipado para o coordenador do curso e para os integrantes do NDE, docentes em tempo integral e docentes em tempo parcial ⁷ , com computadores conectados à internet.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1.3 Sala de aula	1	Quando as salas de aula são, em todos os sentidos, precárias .
	2	Quando as salas de aula estão insuficientemente equipadas segundo a finalidade, ou atendem insuficientemente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	3	Quando as salas de aula estão equipadas segundo a finalidade e atendem suficientemente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	4	Quando as salas de aula estão equipadas segundo a finalidade e atendem plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	5	Quando as salas de aula estão equipadas segundo a finalidade e atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	1	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um computador para mais de 45 alunos, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	2	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um computador para a faixa de 36 a 45 alunos, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	3	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um computador para a faixa de 26 a 35 alunos, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	4	Quando o curso disponibiliza laboratório de informática com acesso à internet, na proporção de um computador para a faixa de 16 a 25 alunos, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.
	5	Quando o curso disponibiliza laboratório(s) de informática com acesso à internet, na proporção de um computador para até 15 alunos, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1.5 Registros Acadêmicos.	1	Quando o sistema de registro acadêmico não está informatizado.
	2	Quando existe processo de registro acadêmico informatizado, sendo que a utilização dos serviços disponibilizados aos corpos docente e discente é insuficiente .
	3	Quando existe processo de registro acadêmico informatizado, sendo que a utilização dos serviços disponibilizados aos corpos docente e discente é suficiente .
	4	Quando existe processo de registro acadêmico informatizado, sendo que a utilização dos serviços disponibilizados aos corpos docente e discente é pleno , permitindo inclusive consulta ao PPC e PDI.
	5	Quando existe processo de registro acadêmico informatizado, sendo que a utilização dos serviços disponibilizados aos corpos docente e discente é excelente , permitindo inclusive consulta ao PPC, PDI e à legislação diretamente relacionada ao curso.

3.2 Categoria de análise: Biblioteca (fonte de consulta: PPC e PDI)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2.1 Livros da bibliografia básica	1	Quando os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) atendem aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze alunos para cada turma; ou quando o acervo não está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	2	Quando os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) atendem aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para até quinze alunos e não está adequadamente informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) atendem aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) atendem aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) atendem aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2.2 Livros da bibliografia complementar	1	Quando os títulos da bibliografia complementar não atendem aos programas das disciplinas, ou quando não há pelo menos dois exemplares de cada título.
	2	Quando os títulos da bibliografia complementar atendem insuficientemente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título.
	3	Quando os títulos da bibliografia complementar atendem suficientemente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título.
	4	Quando os títulos da bibliografia complementar atendem plenamente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título.
	5	Quando os títulos da bibliografia complementar atendem de forma excelente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2.3 Periódicos especializados, indexados e correntes. ²⁰	1	Quando não há assinatura de periódicos especializados.
	2	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, não atendem às principais áreas temáticas do curso.
	3	Quando há assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo suficientemente as principais áreas temáticas do curso.
	4	Quando há assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo plenamente as principais áreas temáticas do curso.
	5	Quando há assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo de forma excelente as principais áreas temáticas do curso.

3.3 Categoria de análise: Instalações e Laboratórios Específicos (fonte de consulta: PDI, PPC, etc.)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3.1 Laboratórios especializados (<i>indicador de destaque</i>)	1	Quando os laboratórios especializados não estão implantados.
	2	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade insuficientes .
	3	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade suficientes .
	4	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade plenamente adequadas .
	5	Quando os laboratórios especializados estão implantados em quantidade e qualidade de forma excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3.2 Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados	1	Quando os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios são precários em todos os sentidos.
	2	Quando os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem de forma insuficiente às atividades desenvolvidas.
	3	Quando os espaços, equipamentos serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem suficientemente às atividades desenvolvidas.
	4	Quando os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem plenamente às atividades desenvolvidas.
	5	Quando os espaços, equipamentos, serviços e a relação aluno/posto de trabalho dos laboratórios atendem às atividades desenvolvidas de forma excelente .

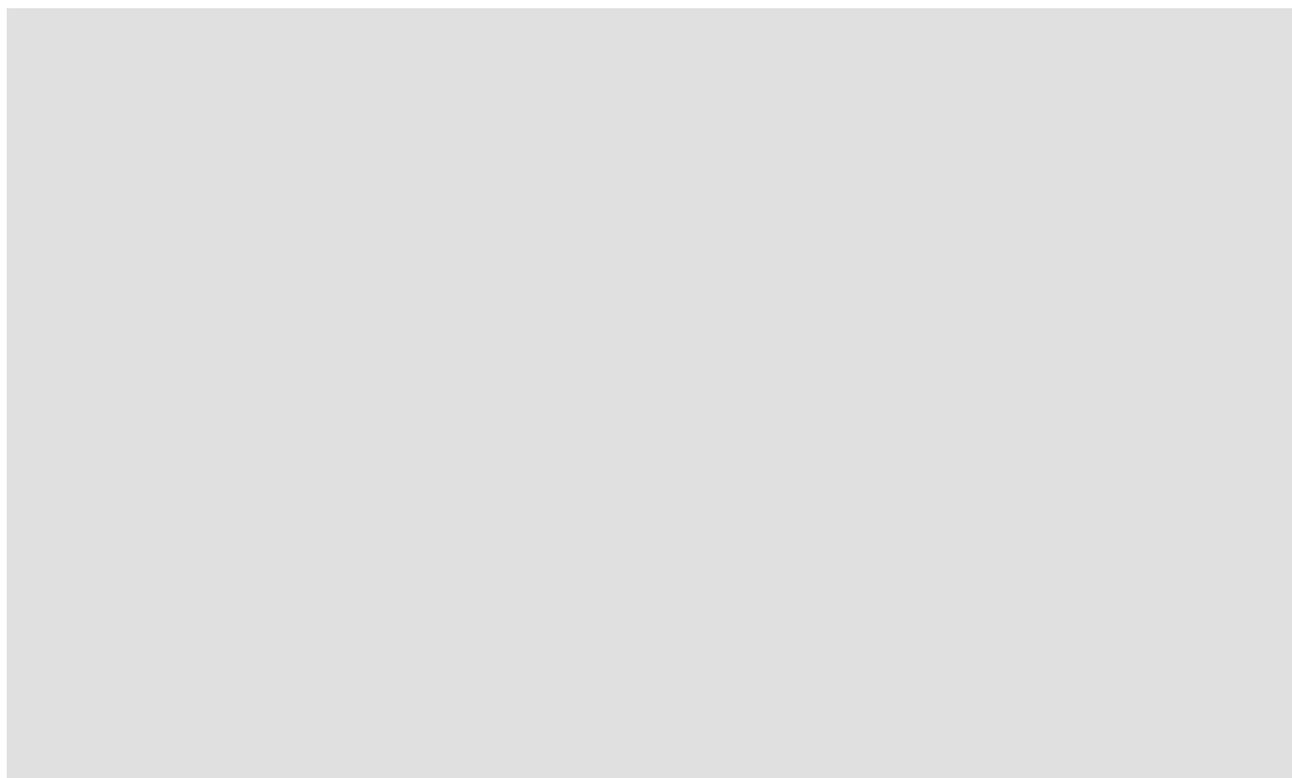
Relato global da Dimensão 3 – Instalações Físicas

REQUISITOS LEGAIS

Estes itens são essencialmente regulatórios, por isso não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores apenas farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da instituição, para que o **Ministério da Educação**, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.

Dispositivo Legal		Explicitação do dispositivo	SIM	NÃO
1	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Tecnológicas (Resolução CNE/CP n° 3/2002)	O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia?		
2	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa n° 12/2006)	A denominação do curso está adequada ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?		
3	Carga horária mínima - Catálogo Nacional dos CST (Portaria n° 1024/2006; Resolução CNE/CP n°3,18/12/2002)	Desconsiderando a carga horária do estágio profissional supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, caso estes estejam previstos, o curso possui carga horária igual ou superior ao previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?		
4	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. n° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)	A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?		
6	Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Dec. n° 5.626/2005)	O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso como disciplina optativa?		

Considerações finais da comissão de avaliadores



GLOSSÁRIO

1	Altamente relevante	Nos indicadores qualitativos, entende-se por altamente relevante uma experiência merecedora de notoriedade, ou seja, que se sobressai dentre as demais. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível pleno equivale ao patamar de qualidade máximo, ou seja, 100%.
2	Área	Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber.
3	Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia - CST	O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia organiza e orienta a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual. Neste documento, constam as denominações, o sumário de perfil do egresso, carga horária mínima e infraestrutura recomendada.
4	Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs	São normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação que asseguram a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das IES na elaboração dos Projetos Pedagógicos de seus cursos. As DCNs têm origem na LDB e constituem referenciais para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos, possibilitando definir múltiplos perfis profissionais e privilegiando as competências e habilidades a serem desenvolvidas (parecer CNE/CES 67/2003). Os currículos dos cursos devem apresentar coerência com as DCNs no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação teoria e prática, assim como aos conteúdos obrigatórios, à distribuição da carga horária entre os núcleos de formação geral/básica e profissional, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional.
5	Disciplina/Unidade curricular	Parte do conteúdo curricular necessária para formação acadêmica.
6	Docentes em tempo integral	O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.
7	Docentes em tempo parcial	Docentes contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
8	Docentes equivalentes a tempo integral	Somatório das horas semanais alocadas ao curso dos docentes efetivos, dividido por quarenta. Observação: no caso de acordos coletivos com definição de tempo integral diferente de 40 horas, a fórmula deve ser adequada à situação (exemplo: se o acordo coletivo prevê 36 horas semanais, o somatório das horas semanais alocadas ao curso deverá ser dividido por 36).

9	Doutorado	Segundo nível da pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Nos processos de avaliação, somente serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> , reconhecidos pela CAPES, ou títulos revalidados por universidades brasileiras.
10	Especialização (Pós-graduação lato sensu)	Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).
11	Excelente (Nível 5 dos indicadores qualitativos)	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo excelente qualifica um fenômeno ou uma situação como merecedora de notoriedade, distinção e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível pleno equivale ao patamar de qualidade máximo, ou seja, 100%.
12	Inovação tecnológica	Entende-se por inovação tecnológica a criação de um novo produto ou a transformação significativa de um produto já existente.
13	Instituição de Educação Superior – IES	São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis tecnológico, graduação, pós-graduação e extensão.
14	Insuficiente/insuficientemente (Nível 2 dos indicadores qualitativos)	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo insuficiente ou o advérbio insuficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível inferior ao limite mínimo de aprovação. Embora o fenômeno ou a situação não sejam completamente destituídos de mérito ou qualidade, o patamar atingido não é satisfatório. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível insuficiente atinge o mínimo de 25%.
15	Interdisciplinaridade	É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.
16	Módulos	Conjunto estruturado de um conteúdo específico que engloba materiais, atividades e exercícios projetados para alcançar determinados objetivos de ensino-aprendizagem.
17	Não existe (Nível 1 dos indicadores qualitativos)	Nos indicadores qualitativos, o adjetivo precário ou os advérbios não/precariamente qualificam um fenômeno ou uma situação como precários, destituídos ou quase destituídos de mérito ou qualidade. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível precário fica aquém dos 25%.
18	Núcleo Docente Estruturante - NDE	O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua realização do projeto pedagógico do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.” (Resolução nº01, de 17 de junho de 2010, Art. 1º, Parágrafo único)
19	Números de alunos por docente equivalente em tempo integral	Soma dos alunos do curso, dividida pelo número de docentes equivalentes em tempo integral.
20	Periódicos especializados, indexados e correntes	Produções especializadas, ordenadas por índice, conforme regra específica.

21 Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	<p>É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à sua filosofia de trabalho; • à missão a que se propõe; • às estratégias para atingir suas metas e objetivos; • à sua estrutura organizacional; • ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. <p>Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; • metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; • a manutenção de padrões de qualidade; • o perfil do corpo docente; • a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; • a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios; • e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. <p>(Decreto nº 5.773/06)</p>
22 Pleno/Plenamente (Bom) (Nível 4 dos indicadores qualitativos)	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo pleno ou o advérbio plenamente qualificam um fenômeno ou uma situação acima da média, merecedora de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível adequado atinge o mínimo de 75%.</p>
23 Produção científica	<p>Considerar como produção científica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada e produções técnicas relevantes.</p>
24 Projeto Pedagógico de Curso - PPC	<p>É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • perfil do egresso; • estrutura e conteúdo curricular; • ementário; • bibliografia básica e complementar; • estratégias de ensino; • docentes; • recursos materiais; • laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.
25 <i>Stricto sensu</i>	<p>Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado.</p>
26 Suficiente/ Suficientemente (Regular) (Nível 3 dos indicadores qualitativos)	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo suficiente ou o advérbio suficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível satisfatório, ou seja, que ultrapassa o limite mínimo de aprovação. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível suficiente atinge o mínimo de 50%.</p>
27 Vagas autorizadas	<p>Representam o número de vagas legalmente autorizadas, conforme definido e publicado no ato autorizativo do curso.</p>
28 Vagas ofertadas	<p>Representam a quantidade de vagas disponibilizadas ao público através de edital de processo seletivo.</p>

INEP
INEP

INEP
INEP

INEP
INEP

INEP
INEP

INEP
INEP

INEP

Ministério
da Educação

